

Estados Unidos monitoram investigação de Alexandre de Moraes contra jornalista

PAULO CAPPELLI - PÁGINA 2

Lula e Trump acertam grupo para discutir fim total do tarifaço

Um encontro de três horas considerado “positivo” pelos dois chefes de Estado. O presidente Lula foi recebido na Casa Branca pelo presidente dos Estados Unidos, Donald Trump. Em coletiva na Embaixada do Brasil, Lula disse que o principal ponto do encontro foi o estabelecimento de um grupo de trabalho para acabar definitivamente com sobretaxas de produtos brasileiros nos EUA e também de produtos americanos no Brasil. Nas redes sociais, Trump também elogiou o encontro com Lula, a quem classificou como “muito dinâmico” presidente. Disse ainda que “outros encontros acontecerão”

PÁGINA 5

Paulo Cappelli assume vice-presidência do Correio da Manhã e estreia coluna



O jornalista Paulo Cappelli assumiu o vice-presidência do grupo Correio da Manhã já fazendo integração e visitando as redações nacionais. Além da de Brasília, que esteve no início da semana e que será sua base de

atuação, visitou, ao lado do publisher Cláudio Magnavita, a operação do Correio da Manhã em São Paulo e Campinas (SP), conhecendo também o parque gráfico em Indaiatuba (SP), que produz as duas edições paulistas

MAGNAVITA - PÁGINA 3

Mendonça traz solução para Lula e Alcolumbre

Sentindo-se na linha de tiro do STF, presidente do Senado não poderá impor um nome à Corte. Basta Lula não bater de frente que Alcolumbre aceita

TALES FARIA - PÁGINA 2

Dino pede vista no julgamento dos royalties

Depois da ministra Cármen Lúcia votar contra da lei dos royalties, Flávio Dino pediu vista e interrompeu o julgamento, que voltar daqui a 90 dias.

PÁGINA 12

Ciro Nogueira na crise do Master

PÁGINA 6, CORREIO POLÍTICO (RUDOLFO LAGO) E CORREIO BASTIDORES (FERNANDO MOLICA)

A governadora Celina Leão sanciou lei que autoriza o DF a aderir ao regime de subvenção econômica do óleo diesel, barateando o combustível



Com a sanção, o DF abrirá mão de até R\$ 11,6 milhões

Lei pode reduzir preço do diesel no DF em R\$ 1,20

BRASILIANAS (WILLIAM FRANÇA) PÁGINA 15

Servidores do BRB envolvidos em fraude

Operação da Polícia Civil teve como alvos agências de Ceilândia envolvidas em operações atípicas de desvio de R\$ 15 milhões.

PÁGINA 14

DORA KRAMER

Conflito de interesses assola tribunais

PÁGINA 4

Motta confia em fim da 6x1 neste mês

O presidente da Câmara, Hugo Motta, está confiante na aprovação do fim da esca-la 6x1. Ele afirmou que pode acontecer ainda em maio.

PÁGINA 7

LUMMERTZ

O mundo mudou. O Brasil virou ativo estratégico

PÁGINA 4



CAPPELLI

E-mail: paulo.cappelli@correiodamanha.net.br

com Lucas Gayoso

Instagram: @jornalistapaulocappelli

@realdonaldtrump e Valter Campanato/Ag. Brasil



Governo de Donald Trump monitora inquérito aberto pelo ministro Alexandre de Moraes

EUA monitora investigação de Moraes contra jornalista

O governo de Donald Trump monitora inquérito aberto por Alexandre de Moraes (STF) contra um jornalista que escreveu reportagem sobre o ministro Flávio Dino. Os Estados Unidos acompanham o processo no Brasil ao mesmo tempo em que estudam retomar a aplicação da Lei Magnitsky contra Moraes.

Integrantes do governo norte-americano informaram à coluna que analisam se as medidas adotadas pelo magistrado contra o comunicador configurariam violação à liberdade de expressão e tentativa de intimidar a imprensa.

O caso envolve reportagem escrita pelo blogueiro Luís Pablo Conceição Almeida, que relatou o suposto uso, por familiares de Dino, de carro oficial do Tribunal de Justiça do Maranhão. Após a publicação da matéria, Moraes viu indícios de cometimento de crime de perseguição e mandou a Polícia Federal fazer operação de busca e apreensão na casa do comunicador, em março deste ano.

Segundo fontes norte-americanas, nos Estados Unidos há consenso de que jornalistas podem ser processados e condenados a pagar pesadas indenizações por conteúdos publicados. Contudo, a abertura de inquérito com a justificativa de crime

de perseguição e a operação policial chamaram a atenção de Washington.

A investigação aberta por Moraes poderá ser anexada pela Casa Branca às outras denúncias de supostos abusos cometidos pelo magistrado. Embora o retorno da Magnitsky ao ministro seja uma possibilidade, integrantes de Washington não trabalham com um prazo para que a punição volte a vigorar.

Moraes devolve aparelhos

Com o blogueiro Luís Pablo, a Polícia Federal apreendeu dois celulares, um MacBook e um HD externo. Moraes autorizou o blogueiro a reaver os equipamentos depois que os dados foram extraídos. Luís Pablo afirma que Moraes determinou a operação para tentar descobrir quem lhe passou as informações que embasaram a reportagem contra Dino.

Moraes, por sua vez, sustenta que o comunicador atentou “contra a liberdade individual e pessoal de ministro do Supremo Tribunal Federal, valendo-se do acesso a informações sensíveis, inclusive com vazamento desses dados, com evidências de monitoramento, vigilância e acompanhamento de veículo utilizado pelo ministro Flávio Dino”.

Reprodução



Daniel Vorcaro se encontrou com o cantor em Angra (RJ)

O encontro de Vorcaro com Gustavo Lima

O banqueiro Daniel Vorcaro, ex-dono do Banco Master, relatou ter participado de um encontro entre amigos em Angra dos Reis (RJ) com a presença do cantor Gustavo Lima. A confraternização ocorreu no dia 2 de agosto de 2024.

Em diálogos com sua então companheira, Martha Graeff, Vorcaro afirma que foi para a cidade após uma reunião. Na conversa obtida pela coluna, o banqueiro mencionou a presença do sertanejo, que interpretou músicas apreciadas pelo casal. “Gustavo Lima tocando nossas músicas”, escreveu.

Flerte com a política

Um dia depois, o artista publicou uma foto em suas redes sociais em que aparece no deck de uma casa, com vista para o mar de Ilha Grande, em Angra dos Reis. “Hoje

aqui, amanhã não se sabe”, escreveu na legenda. A imagem foi publicada ao som da música “Morar nesse motel”, do próprio cantor. Gustavo Lima anunciou publicamente a intenção de entrar na política no dia 2 de janeiro de 2025. Na ocasião, afirmou que seu nome estava “à disposição” para disputar a Presidência da República em 2026, caso o país “precisasse”.

Artista se manifesta

Procurado, o artista confirmou o encontro com Vorcaro e se manifestou por meio de nota: “A assessoria do cantor Gustavo Lima informa que o encontro foi casual, pois o artista mantinha seu barco em Angra dos Reis. Sobre questões políticas, o artista não tem pretensão de concorrer a nenhum cargo”.

Janones vira réu em ação contra Nikolas

■ O deputado André Janones (Rede) virou réu em uma ação movida por Nikolas Ferreira (PL) por suposto crime de ameaça.

O caso tem origem em um episódio ocorrido na campanha eleitoral de 2024, em um comício realizado em Ituiutaba, no Triângulo Mineiro. Segundo a denúncia protocolada por Nikolas, Janones participou de uma encenação em que utilizava uma corda e simulava agressões em um totem com a imagem do adversário político.

Na ação, os advogados de Nikolas sustentaram que a apresentação extrapolou os limites da liberdade de expressão e incentivou violência contra o deputado. A representação criminal acusa Janones de ter incorrido em ameaça e incitação ao crime.

Juiz embasa decisão sobre foro

■ Ao analisar o caso, o juiz Adilson da Conceição rejeitou o argumento da defesa de Janones sobre eventual prerrogativa de foro. Na decisão, justificou: “A prerrogativa de foro limita-se aos crimes praticados durante o exercício do cargo e em razão das funções desempenhadas”.

O magistrado acrescentou que, embora Janones exercesse mandato parlamentar à época dos fatos, “a conduta imputada não apresenta nexo funcional com o exercício da atividade parlamentar”.

Por outro lado, o juiz acolheu entendimento do Ministério Público e determinou o arquivamento da acusação relativa ao crime de incitação, por entender que não ficou configurado estímulo direto à prática de um crime específico contra Nikolas Ferreira.

Deputado quer pena mais severa a menores

■ O deputado Gustavo Gayer (PL) apresentou uma emenda ao Projeto de Lei 3984/2025 para endurecer as medidas aplicadas a menores envolvidos em crimes hediondos, com foco em delitos sexuais, como estupro. O texto altera o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e amplia de 3 para 12 anos o tempo máximo de internação.

A proposta também eleva de 21 para 30 anos a idade limite para liberação compulsória e fixa um prazo mínimo de três anos de internação em casos análogos a crimes hediondos. A emenda ainda prevê o uso de monitoramento eletrônico em atividades externas e condiciona a liberação do interno a uma avaliação técnica multidisciplinar.

“Pode me chamar de radical”, diz Gayer

■ Gustavo Gayer sustenta que crimes dessa natureza demonstram a necessidade de endurecimento das leis penais e a redução da maioria penal no Brasil.

“Se defender mais rigor a criminosos que matam, estupram, roubam, entre outros crimes, é ser radical, pode me chamar de radical. Essa emenda é uma brecha no sentido de tentar iniciar algo. Criminoso tem que pagar pelos seus atos. Redução da maioria penal para crimes hediondos para, pelo menos 14 anos, e fazer com que esses criminosos cumpram pena de fato, é o que precisamos”, argumentou o parlamentar.

O PL 3984/2025, de autoria da deputada Delegada Katarina (PSD-SE), institui a chamada “Lei da Dignidade Sexual”.

Paulo Cappelli assume a vice-presidência do Correio da Manhã visitando redações de SP e Campinas

O jornalista Paulo Cappelli assumiu a vice-presidência do grupo Correio da Manhã já fazendo integração e visitando as redações nacionais. Além da de Brasília, que esteve no início da semana e que será sua base de atuação, visitou a operação do Correio da Manhã em São Paulo e Campinas (SP), conhecendo o parque gráfico em Indaiatuba (SP) que produz as duas edições paulistas.

“O objetivo é ampliar a integração entre todas as redações do grupo Correio da Manhã e reforçar a presença digital. Cada vez mais, o jornal se consolida como um veículo nacional, no qual o leitor poderá encontrar credibilidade e notícias exclusivas”, ressaltou o vice-presidente Paulo Cappelli, que estreia nesta edição de fim de semana a sua coluna diária.



MAGNAVITA

claudio.magnavita@gmail.com

@colunamagnavita



O vice-presidente do Correio da Manhã, Paulo Cappelli, durante visita à redação de São Paulo do grupo



Cappelli também esteve em Campinas e recebeu as boas-vindas da nossa redação na cidade



Antônio Florêncio de Queiroz foi homenageado com a Comenda Defensor Público da Liberdade



Da esquerda para a direita: Elisa Fraga de Rego Monteiro, procuradora de Justiça; Charbel Khouri Duarte, médico e diretor-geral do Hospital Alberto Torres; Delmir Gouvêa, secretário de Estado de Polícia Civil; Antonio Florencio de Queiroz Junior, presidente da Fecomércio RJ; Bruno Tavares Simões, delegado regional executivo da Polícia Federal no Rio de Janeiro; Antônio Alves Teixeira, assistente da Secretaria de Estado de Polícia Civil

Presidente da Fecomércio RJ recebe Comenda Defensor Público da Liberdade

O presidente da Fecomércio RJ, Antonio Florencio de Queiroz Junior, foi homenageado, na quinta-feira (07), com a Comenda Defensor Público da Liberdade — a mais alta condecoração da Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro — em reconhecimento aos relevantes serviços prestados em apoio à instituição e à segurança pública.

A honraria é concedida exclusivamente a personalidades que já tenham sido agraciadas com a Medalha Amizade, des-

tacando a continuidade, o compromisso e a relevância da contribuição à Polícia Civil fluminense.

Em março, a Fecomércio RJ realizou a doação de equipamentos de última geração para fortalecer a atuação das forças de segurança no estado. A iniciativa viabilizou a criação de uma moderna sala de monitoramento no complexo que reúne 15 delegacias especializadas, permitindo o acompanhamento, em tempo real, de operações policiais e a integração de imagens

captadas por câmeras instaladas na cidade do Rio de Janeiro.

A nova estrutura amplia a capacidade de análise, inteligência e coordenação das ações policiais, contribuindo para respostas mais rápidas e estratégicas no combate ao crime. Além disso, a instituição também apoiou a implantação de uma academia de ginástica na CidPol, destinada aos policiais civis, promovendo mais qualidade de vida, saúde física e bem-estar mental aos profissionais da segurança pública.

Tânia Bastos transforma legado de Luciana Novaes em medalha de inclusão

A vereadora Tânia Bastos é uma das protagonistas de uma homenagem que transforma memória em ação concreta: a criação da Medalha Vereadora Luciana Novaes, dedicada a reconhecer iniciativas em prol das pessoas com deficiência. A proposta foi acolhida por unanimidade pela Câmara do Rio, reforçando o alcance e a relevância do legado deixado pela parlamentar.

A honraria leva o nome de Luciana Novaes, que marcou sua trajetória no Legislativo municipal com atuação firme na promoção, defesa e valorização dos direitos das pessoas com deficiência. Durante seus mandatos, destacou-se pela sensibilidade, empatia e pela construção de políticas públicas voltadas à inclusão e ao respeito às diferenças.



Iniciativa aprovada por unanimidade eterniza atuação da vereadora na defesa dos direitos e da acessibilidade no Rio

PINGA-FOGO

■ **EXPANSÃO DE VOOS DO GALEÃO AMEAÇADA** - A não renovação da redução tributária que a ver da aviação, que ficou paralisada com a mudança de governo e de comando da Assembleia Legislativa do Rio, agrava ainda mais a crise das companhias aéreas que operam no Galeão e retira a competitividade do aeroporto, agora com novo concessionário. Até dezembro passado, o ICMS sob os combustíveis das aeronaves era de 7%. Em janeiro, a alíquota subiu com a promessa do Governo do Estado de enviar para a Alerj a renovação do desconto.

■ Com a guerra do Irã e a disparada do Petróleo, as companhias aéreas ficaram gravemente prejudicadas e a retomada do desconto passou a ser vital para ampliação de voos no Galeão, já que o cenário ficou hostil para qualquer expansão.

■ **A GOL Linhas Aéreas havia anunciado o início da operação de longo curso para Europa e Estados Unidos, a partir do Rio, e o aumento de voos de alimentação das rotas internacionais.** As empresas tiveram várias reuniões com a Sefaz, e a Casa Civil chegou a encaminhar mensagem para a Assembleia Legislativa. Se o projeto não andar e não receber a anuência dos novos gestores do poder Executivo, o estado do Rio de Janeiro perderá a chance de voltar a protagonizar rotas aéreas que beneficiam o fluxo turístico e a geração de receita para o estado. A luz vermelha está acesa no setor aéreo.

■ **SÃO PAULO INNOVATION WEEK** - Nascido no Rio de Janeiro, o São Paulo Innovation Week ganha a sua versão paulista de forma turbinada ocupando toda a área do Pacaembu nos próximos dias 13, 14 e 15 de maio, com mais de 1500 palestrantes e CEOs de grandes empresas. A edição São Paulo é uma realização conjunta da companhia Base, Estado de S. Paulo e a FAAP, com apoio da Firjan.

■ **O novo portal do grupo Correio da Manhã, que unificará o conteúdo das redações nacionais do Rio, São Paulo e Brasília, além das regionais Campinas, Volta Redonda e Petrópolis, e a TV Correio da Manhã, será lançado no evento.**

■ O vice-presidente do grupo Correio da Manhã, jornalista Paulo Cappelli, será moderador de um dos painéis principais.

■ **Para Jerônimo Vargas, cofundador e diretor-geral, o evento de São Paulo e do Rio são complementares.**

■ **VOTO DE CÁRMEN LÚCIA É APLAUDIDO** - Para o advogado Luís Augusto Bichara, que fez a defesa oral pela OAB-RJ no julgamento dos royalties do Petróleo no STF, o voto da ministra Cármen Lúcia foi impecável. Para ele “o argumento central da Relatora foi no sentido de que a Constituição prevê compensação financeira pela exploração — ou seja, quem produz deve ser indenizado. E efetivamente esse é um axioma inafastável, que traduz o pacto político celebrado entre os estados quando elaboração da Constituição de 1988, e que justificou a aplicação da regra exclusivíssima de incidência do ICMS no destino apenas para petróleo e energia elétrica.”

Tales Faria

Mendonça resolve impasse entre Lula e Alcolumbre

A 5ª fase da Operação Compliance Zero, realizada nesta quinta-feira, 7, abriu caminho para a solução do impasse em que se enfiaram o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e o mandatário do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), desde a derrubada da indicação do advogado-geral da União, Jorge Messias, para ministro do Supremo Tribunal Federal (STF).

Alcolumbre saiu da votação como quem levou a nocaute o chefe do poder Executivo. Com uma postura mais ou menos assim: agora Lula só pode apresentar um novo ministro para o STF se este for indicado pelo presidente do Senado.

Lula tem muito apreço por suas prerrogativas como presidente da República. Sabe que há toda uma carga simbólica sobre seus gestos no cargo. Se entregar a um senador o poder de decidir quem pode e quem não pode ser ministro da Suprema Corte, outros virão tomar mais uma fatia do poder. Em pouco tempo, ele será um pato manco no Palácio. Então estava num impasse: não poderia se dobrar a Alcolumbre, mas também não poderia indicar outro nome que venha a ser derrubado.

Mas eis que o ministro André Mendonça deflagrou essa nova operação da Polícia Federal em busca de envolvidos nas supostas fraudes do banco Master. Pois é, foi o bolsonarista André Mendonça, quem deu a ordem. Ele, que assumiu a relatoria do caso no STF em substituição ao ministro Alexandre de Moraes e que agora comanda as investigações da Polícia Federal.

Não dá para dizerem que se trata de alguma perseguição articulada por baixo dos panos pelo diretor-geral da PF, Andrei Rodrigues, a mando

do presidente da República. E a operação se voltou contra um dos comandantes do centrão no Congresso, o presidente nacional do PP, senador Ciro Nogueira (PI), amigo e aliado de Alcolumbre, e também um dos que articularam a derrubada de Jorge Messias na semana passada.

Ciro é acusado de receber mesada do dono do Máster, Daniel Vorcaro, e de ter apresentado uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) elaborada por assessores do banqueiro preso.

Se André Mendonça atirou em Ciro, por que ele pouparia Alcolumbre? Vale lembrar que, quando presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Alcolumbre segurou por quatro meses a sabatina de Mendonça ameaçando derrubá-lo.

E o presidente do Senado sabe dos problemas que tem. Em fevereiro, Jocildo Lemos, indicado por ele como diretor-presidente da Amapá Previdência (Amprev), se viu obrigado a pedir exoneração do cargo porque foi alvo da Operação Zona Cinzenta, que investiga investimentos de R\$ 400 milhões da autarquia estadual em letras financeiras podres do Banco Master.

Se na semana passada Alcolumbre colocou Lula contra a parede, agora é ele quem entra na linha de tiro sem a força de antes para impor constrangimentos ao presidente da República. Mendonça abriu um caminho de saída para o impasse na indicação do futuro ministro.

Lula não precisa mais engolir um nome escolhido por Alcolumbre, basta não bater de frente que o presidente do Senado também não poderá atrapalhar.

Que tal uma mulher, negra com notório saber jurídico e reputação ilibada?

Fernando Molica

O mandato coletivo de Ciro

A julgar pela apuração da Polícia Federal, o senador Ciro Nogueira (PP-PI) deu uma interpretação particular ao conceito de mandato coletivo e tratou de dividir o seu com o Banco Master. Segundo investigações, ele foi além, e privatizou a delegação recebida de eleitores de seu estado: 897.959 cidadãos votaram em Nogueira e elegeram Daniel Vorcaro.

Isso, de acordo com a PF, em troca de favores, que incluíam uma versão turbinada do velho Mensalão: pelo aluguel ou venda do mandato, o senador receberia R\$ 300 mil ou R\$ 500 mil mensais, o direito de usar uma casa do Master, participação subsidiada em empresa e pagamento de viagens e jantares. O voto em Nogueira tinha valor.

A apuração citada pelo ministro André Mendonça, do Supremo Tribunal Federal, diz que o ex-ministro-chefe da Casa Civil de Jair Bolsonaro recebeu do Master o texto de emenda que favorecia diretamente o banco: ampliava de R\$ 250 mil para R\$ 1 milhão o valor do Fundo Garantidor de Créditos (FGC), mecanismo que assegura o ressarcimento de investidores.

“Saiu exatamente como mandei”, teria dito Vorcaro, pelo que diz a PF. O uso do verbo “mandar” reforça a ideia da operação de compra e venda: A interferência de Vorcaro, também segundo as investigações, teria ocorrido em outros projetos abraçados por Nogueira.

O senador piauiense, que na prática atuou como primeiro-ministro de Bolsonaro, não foi o único a apresentar proposta sob medida para o

Master. O deputado Filipe Barros (PL-PR), pré-candidato ao Senado, também protocolou um projeto que aumentava para R\$ 1 milhão a garantia para investidores — o FGC era um dos principais argumentos usados por bancos e corretoras para convencer investidores a colocarem dinheiro em papéis do Master.

Caberá à Justiça avaliar as provas, determinar aprofundamento de investigações e julgar Nogueira. As evidências são muito grandes, mas é claro que tudo pode não ter passado de uma simples coincidência.

O episódio ilustra, porém, o tamanho do jogo de interesses escusos movimentado pela política e reforça a necessidade de uma apuração ainda mais profunda, em todos os poderes da República. Um escândalo como o do Master não ocorreria sem parceria e cumplicidade de agentes públicos.

O que está em questão é muito maior que inocência ou a culpa deste ou daquele político ou magistrado; mas a credibilidade das tão faladas instituições. A profusão de casos ressalta a necessidade de uma reforma política ampla — é insustentável a manutenção de um sistema que possibilita a cada parlamentar ser representante dos seus próprios interesses e/ou dos seus patrocinadores de ocasião.

Ao alugarem ou venderem seus poderes, agentes públicos implodem a estrutura constitucional, agem de maneira tão ou mais danosa que os golpistas do 8 de Janeiro, que acabaram de ser beneficiados pelo Congresso — com o voto de Nogueira.

EDITORIAL

Prevost, o primeiro papa norte-americano

A eleição de Leão XIV reacende a comparação com Francisco, não apenas porque ambos chegam ao trono de Pedro em tempos de intensa transformação social, política e religiosa, mas porque enfrentam a mesma questão: qual deve ser o papel da Igreja Católica no século XXI? Embora adotem estilos diferentes, os dois pontificados apresentam pontos de encontro importantes e divergências claras na relação entre tradição, autoridade e abertura ao mundo contemporâneo.

Francisco construiu sua imagem pública a partir da simplicidade e da proximidade. Desde o início, rejeitou símbolos de ostentação e buscou apresentar uma Igreja menos centrada em dogmas e mais voltada para questões humanas concretas, como pobreza, imigração, desigualdade social e crise ambiental. Seu pontificado rompeu protocolos e ampliou o diálogo com setores historicamente afastados da Igreja. Mais do que alterar doutrinas, Francisco modificou o tom da instituição, priorizando misericórdia, escuta e inclusão.

Leão XIV, por sua vez, parece representar uma tentativa de equilíbrio entre continuidade e reorganização institucional.

Embora mantenha a preocupação social do período anterior, demonstra maior apreço pela estabilidade doutrinária e pela solenidade do papado. Se Francisco privilegiava espontaneidade e gestos simbólicos, Leão XIV sinaliza uma condução mais cautelosa e centrada na estrutura tradicional da Igreja. Sua postura busca preservar a unidade interna diante das divisões entre alas progressistas e conservadoras do catolicismo.

Apesar dessas diferenças, ambos compartilham um diagnóstico semelhante: a Igreja enfrenta uma crise de credibilidade e relevância em várias partes do mundo. Também convergem na defesa da paz, no combate às desigualdades e na crítica a uma cultura marcada pelo individualismo.

A principal diferença está na estratégia. Francisco apostava na transformação pela aproximação e pelo debate aberto, mesmo provocando resistências internas. Leão XIV aparenta preferir a reafirmação gradual da autoridade e a busca de consensos antes de promover mudanças significativas.

No fim, os dois pontificados podem ser vistos menos como projetos opostos e mais como respostas distintas a uma mesma encruzilhada histórica.

Opinião do leitor

Homenagem ao Dia das Mães

Mães que geraram e mães que sempre amaram os filhos que não são seus, neste domingo (10 de maio) vão viver o dia a elas dedicado. Data em que com elas me confraternizo, pedindo a Maria mãe de Jesus, que nunca deixe de faltar o aconchego, o respeito e o carinho, tão necessários aos seus corações.

José Ribamar Pinheiro Filho
Brasília - Distrito Federal

Correio da Manhã

Fundado em 15 de junho de 1901

Edmundo Bittencourt (1901-1929) • Paulo Bittencourt (1929-1963) • Niomar Moniz Sodré Bittencourt (1963-1969)

Cláudio Magnavita (Publisher)
claudio.magnavita@gmail.com

Redação: Gabriela Gallo, Ivo Ribeiro, Marcelo Perillier, Pedro Sobreiro, Rudolfo Lago (editor), William França e Rafael Lima (Coordenador editorial)

Serviço noticioso: Folhapress e Agência Brasil
Projeto Gráfico e Arte: José Adilson Nunes (Coordenação), Anderson Sâ e Thiago Ladeira

Telefones: (21) 2042 2955 | (11) 3042 2009 | (61) 4042-7872
Whatsapp: (21) 97948-0452

Rio de Janeiro: Av. João Cabral de Melo Neto 850 Bloco 2 Conj. 520
Rio de Janeiro - RJ CEP 22775-057

Brasília: ST SIBSQuadra 2 conjunto B Lt 10 - Núcleo Bandeirantes
Brasília - DF CEP 71736-20

São Paulo: Av. Francisco Matarazzo, 1752, sala 2317, Água Branca - São Paulo-SP - CEP 05001-200
Campinas: Avenida Aquidabã, 766, Sala 51, Centro - Campinas-SP, CEP 13010-132

www.correiodamanha.com.br

Os artigos publicados são de exclusiva responsabilidade dos autores e não necessariamente refletem a opinião da direção do jornal.

CORREIO POLÍTICO

Lula Marques/Agência Brasil.



Comemoração após a derrubada do veto

A enorme bancada do Banco Master

Muitos atribuem a derrota do advogado-geral da União, Jorge Messias, na indicação para o Supremo Tribunal Federal (STF) a uma poderosa articulação da bancada do banco Master. Haveria aí uma grande conjugação de forças de enrolados pelas artimanhas do banqueiro Daniel Vorcaro. Passaria pelo grupo bolsonarista, já que o sócio de Vorcaro, Fabiano Zettel, doou R\$ 3 milhões para a campanha do ex-presidente Jair Bolsonaro em 2022. Chegaria aos aliados do governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), que também recebeu R\$ 2 milhões. Não pouparia o PT, especialmente o PT da Bahia, pelas ligações com o Credcesta, origem do esquema de créditos falsos que engordaram a carteira do Master.

Alcolumbre evita CPI do Master

E chega ao Centrão, com nomes como o senador Ciro Nogueira (PP-PI). O próprio ministro da Secretaria de Relações Institucionais, José Guimarães, atribuiu ao Master a derrota. Segundo ele, grupos unificaram-se para articular a derrota ao mesmo tempo em que o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), ele chamuscado por conta do Fundo de Previdência do Amapá, evitou ler em sessão o pedido de CPI do Master.

Portal Gov.br



Polícia Federal ganhou muito mais independência

Dinâmica independe do Congresso

Pelo acerto que teria sido feito, no dia seguinte à derrota de Jorge Messias, Alcolumbre fez a sessão do Congresso que derrubou o veto do presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao PL da Dosimetria. Obtidas as assinaturas mínimas necessárias, um pedido de CPI deve ser lido na sessão do Congresso. Há até uma decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) nesse sentido. Mas, pelo acordo, Alcolumbre fez a sessão do Congresso única e exclusivamente para derrubar o veto. Toda essa leitura, porém, tem um problema: a dinâmica da crise independe do Congresso.

Investigação não vai parar

Se aconteceu a tal união da bancada do Master, ela teria ignorado um fato: os mecanismos de investigação de que hoje o país dispõe já há algum tempo independem da vontade política. Assim operam o Ministério Público e a Polícia Federal. O Ministério Público desde a Constituição de 1988 e a PF especialmente a partir do primeiro governo Lula.

POR RUDOLFO LAGO

MP

O Ministério Público hoje perdeu parte do protagonismo que tinha por seus próprios erros. Ao não se submeter à pressão política de governos, criou sua própria motivação política na Lava Jato, orientando sua apuração e combinando sentenças para condenar pessoas. Paga ainda o preço dessa politização.

PF

Politização que não contaminou a Polícia Federal. Seu processo de independência vem desde os tempos em que o ministro da Justiça era Marcio Thomaz Bastos e dirigia a PF Paulo Lacerda. Nesse momento, ganhou melhor formação de seus quadros, passando a operar de forma mais independente.

Cardozo

Na mesma Lava Jato, não foram poucas as vezes em que o então ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, viu-se surpreendido ao não saber de operações e prisões que acabavam por desgastar o governo. Algo talvez mal compreendido por Lula, que teria desenvolvido resistência a Cardozo.

Dilma

Resistência que não teria tido a própria Dilma Rousseff. Fora do ministério, foi Cardozo o advogado de Dilma no processo de impeachment. Mas a verdade é que quem acabou condenado e preso como consequência da Operação Lava Jato foi Lula. O fato, porém: nem governo nem Congresso contiveram a investigação.

Ciro

O fato de uma semana depois Ciro Nogueira ter sido o alvo principal da nova fase da Operação Compliance Zero mostra como o meio político não teria mais força para parar tais apurações. Os indícios que dese o início surgiram desdobraram-se ao longo da investigação chegando aos detalhes contidos na decisão.

Delação

A apuração vai seguir. E pode ganhar novos contornos com a delação de Daniel Vorcaro. Aliás, só haverá delação se ela de fato for capaz disso. As informações são de que as negociações empacaram no momento justamente porque André Mendonça considera que o que apresenta Vorcaro no momento é pouco.



Trump e Lula classificaram a reunião como "positiva"

Grupo terá 30 dias para resolver tarifaço

Lula se encontra com Trump por três horas nos EUA

Por Gabriela Gallo

A reunião entre o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump (Republicano), nesta quinta-feira (7), foi considerada bem-sucedida por ambos.

No encontro entre os dois chefes de Estado, que inicialmente seria realizada em março mas teve que ser adiada devido a guerra no Oriente Médio, eles discutiram temas predominantemente econômicos como o fim das tarifas aplicadas para produtos de ambos os países. Contudo, eles evitaram citar temas demasiadamente polêmicos, como o sistema de transferência monetária instantâneo brasileiro, o Pix, ou associar organizações criminosas como terrorismo.

“Uma das razões pelas quais eu trouxe [o ministro da Fazenda] Dario Durigan era porque eu imaginava que o Trump queria discutir a questão do Pix. Ele não tocou no assunto, então eu também não toquei”, disse Lula em entrevista coletiva logo após a reunião.

A reunião, que inicialmente estava prevista para durar 30 minutos, durou três horas. Ao contrário da maioria das reuniões entre Trump e demais chefes de Estado, eles não concederam entrevista coletiva na Casa Branca depois. Ao final do encontro, Trump foi embora e Lula conversou com a imprensa na Embai-

xada do Brasil em Washington D.C.

Na coletiva, ele destacou que o encontro foi produtivo para reestabelecer as relações comerciais e democráticas entre os países, mas reforçou o discurso da soberania brasileira. “Eu saio daqui com a ideia de que nós demos um passo importante na consolidação da relação democrática histórica que o Brasil tem com os Estados Unidos”, manifestou Lula.

Por meio de suas redes sociais, o presidente Donald Trump manifestou como positiva a reunião com o brasileiro. “Concluí minha reunião com Luiz Inácio Lula da Silva, o muito dinâmico presidente do Brasil. Discutimos diversos assuntos incluindo comércio e, especificamente, tarifas. A reunião foi muito boa. Nossos representantes estão escalados para se reunirem para discutir certos elementos-chaves. Novas reuniões serão agendadas nos próximos meses, se necessário”, escreveu Trump.

Na coletiva, o presidente brasileiro informou que firmou com Trump um acordo para criar um Grupo de Trabalho entre os dois países para discutir e tentar encerrar as tarifas norte-americanas aplicadas a produtos brasileiros, que ficaram conhecidas como tarifaço. Atualmente, a maioria dos itens exportados pelo Brasil aos Estados Unidos são taxadas em 10%. Já alumínio, aço, autopeças e cobre têm tarifas de 15%.

Ciro Nogueira receberia mesada do Master, diz investigação

Nova etapa de operação da PF teve como foco o presidente do Progressistas

Fabio Rodrigues-Pozzebom/ Agência Brasil

Por Gabriela Gallo

Um dos principais operadores políticos do Congresso, o presidente do Partido Progressistas (PP), senador **Ciro Nogueira** (PI), foi um dos alvos da quinta fase da Operação Compliance Zero, deflagrada nesta quinta-feira (7) pela Polícia Federal (PF), que segue na investigação acerca do esquema de corrupção e lavagem de dinheiro envolvendo o Banco Master.

A operação foi realizada por determinação do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) **André Mendonça**, relator do caso Master no STF. As investigações de mais um capítulo dessa novela apontam que **Ciro Nogueira** atuava como uma ponte entre o dono do Banco Master, **Daniel Vorcaro**, e o Congresso Nacional em favor do banco. Em contrapartida, os agentes apontam que ele receberia favores, como a “aquisição de participação societária com expressivo deságio, pagamentos mensais da ordem de R\$ 300.000,00 ou mais, além de outras transações atípicas atribuídas à estrutura vinculada ao parlamentar”.

Segundo as investigações dos agentes, o senador teve a “aquisição de participação societária estimada em aproximadamente R\$ 13 milhões pelo valor de um milhão de reais”. Receberia também R\$ 300 mil, que “considerando relatos”, evoluíram depois para R\$ 500 mil. Além disso, **Nogueira** também teria recebido “hospedagens, deslocamentos e demais despesas inerentes a viagens internacionais de alto custo” bancadas por **Vorcaro**.

As investigações usam como base quebras de sigilos telefônicos e bancários, além de documentos e trocas de mensagens encontradas nos aparelhos eletrônicos de **Daniel Vorcaro**.

Emenda Master

Em contrapartida, **Ciro** atuaria politicamente em favor dos interesses de **Vorcaro**. Entre os exemplos citados no documento está a Emenda nº 11 à Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 65/2023, que ficou conhecida como “Emenda pró Master”, que determinava o aumento da cobertura do Fundo Garantidor de Crédito (FGC) de R\$ 250 mil para R\$ 1 milhão por depositante. O FGC funciona como um seguro para correntistas e investidores que oferece proteção de até R\$ 250 mil por CPF/CNPJ e por instituição financeira em



Investigação aponta **Ciro Nogueira** como uma espécie de braço político de **Vorcaro**

José Cruz/Agência Brasil



Operação foi autorizada por **André Mendonça**

caso de falência ou intervenção do Banco Central (BC).

De acordo com as investigações, a medida foi elaborada pela assessoria do Master e não do gabinete de **Nogueira**. A proposta era “sexuplicar” os negócios do Master já que, na época, o banco supostamente oferecia investimentos com rendimentos acima da média e destacava a garantia do fundo para atrair investidores diante do alto risco das operações.

“A narrativa policial enfatiza que os elementos colhidos demonstrariam a existência de um arranjo funcional e instrumental orientado por benefício mútuo, extrapolando relações de mera amizade”, reiterou a decisão publicada por **Mendonça**.

Alvos

Ciro Nogueira está proibido de manter contato com as pessoas investigadas na Operação Compliance Zero. Essa medida também se aplica para o irmão dele, **Raimundo Neto** e **Silva Nogueira Lima**, que também foi alvo da operação e ainda terá que usar

tornozoleira eletrônica e está proibido de “ausentar-se da comarca de residência”, ou seja, ele terá seu deslocamento monitorado.

A decisão monocrática de **Mendonça** ainda determinou a prisão temporária de **Felipe Cancado Vorcaro**, primo de **Daniel Vorcaro**, apontado como membro do núcleo financeiro operacional do Master. Outro alvo da operação apontado como operador financeiro do esquema é **Bernardo Rodrigues de Oliveira Filho**. Segundo as investigações, ele era responsável por realizar depósitos fracionados e movimentações pulverizadas para dificultar rastreamento bancário e alertas automáticos aos órgãos de controle. **Bernardo** não foi preso, mas cumpre as mesmas medidas cautelares que **Raimundo**.

Repercussão

A equipe do senador **Flávio Bolsonaro** (PL-RJ), aliado de **Ciro Nogueira** e principal adversário político do presidente **Luiz Inácio Lula da Silva** (PT) na campanha eleitoral para a presidência

Alessandro Vieira (MDB-SE) informou que protocolou, juntamente com o senador **Eduardo Girão** (Novo-CE), um “pedido de suspeição, para que o mandado de segurança sobre a instalação da CPI do Master seja distribuído para outro ministro do STF”. O deputado **Rodrigo Rollemberg** (PSB-DF), autor de um pedido de CPI, impetrou o mandado de segurança e a relatoria ficou com **Kassio Nunes Marques**. **Vieira**, por declaração em suas redes sociais, classifica que a medida é necessária “considerando a relação íntima e notória entre o ministro [do STF] **Kassio [Nunes Marques]** e o senador **Ciro Nogueira**”.

Vale destacar que **Alessandro Vieira** foi o relator da CPI do Crime Organizado no Senado e enfrentou desavenças com o Supremo, após enquadrar magistrados da Suprema Corte no relatório final da comissão parlamentar, desconsiderando outras personalidades supostamente envolvidos no cenário das organizações criminosas do país.

Delação

A decisão de **André Mendonça** foi emitida um dia após os advogados de defesa de **Daniel Vorcaro** entregarem à PF e à Procuradoria-Geral da República (PGR) um pendrive com os documentos solicitados para uma colaboração premiada entre o banqueiro e as autoridades referentes ao caso Master. Estima-se que o conteúdo no pendrive contenha registros, conversas, documentos em reuniões, festas e até viagens com autoridades da política brasileira como provas. Devido ao volume do material no pendrive, a análise deve durar duas semanas.

Na noite desta quinta-feira, o gabinete do ministro **André Mendonça** divulgou uma nota esclarecendo que, até o momento, o ministro “não teve acesso ao teor do material entregue pela defesa do caso Master à Polícia Federal e à Procuradoria-Geral da República”.

“O ministro tem sido consistente e inequívoco em sua posição sobre o tema da colaboração premiada: a colaboração premiada é um ato de defesa, um direito assegurado ao investigado. Para que ela produza efeitos, a colaboração deve ser séria e efetiva e as investigações devem seguir seu curso regular, independentemente da existência ou não de proposta de colaboração”, reiterou o gabinete do magistrado.

da República, manifestou à imprensa que acompanha o caso.

“Entendemos que fatos dessa natureza devem ser apurados com rigor e transparência pelas autoridades competentes, sempre com respeito ao devido processo legal. Confiamos na relatoria do caso Master, conduzida pelo ministro **André Mendonça**, e esperamos uma ampla apuração”, manifestou a equipe do senador.

A defesa de **Ciro Nogueira** publicou uma nota de repúdio sobre a nova fase da Operação, alegando que o senador “não teve qualquer participação em atividades ilícitas e nos fatos investigados, colocando-se à disposição para esclarecimentos”.

“Medidas investigativas graves e invasivas tomadas com base em mera troca de mensagens, sobretudo por terceiros, podem se mostrar precipitadas e merecem a devida reflexão e controle severo de legalidade, tema que deverá ser enfrentado tecnicamente pelas Cortes Superiores muito em breve, assim como ocorreu com o uso indiscriminado de delações premiadas”, reiterou a nota.

Circula no Congresso Nacional a expectativa de uma possível Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar o caso Master no poder Legislativo. Na última semana, as deputadas federais **Heloísa Helena** (REDE-RJ) e **Fernanda Melchionna** (PSOL-RS) juntaram as assinaturas necessárias para instalar uma comissão parlamentar mista para investigar o caso. Agora, cabe ao presidente do Senado, **Davi Alcolumbre** (União Brasil-AP), definir se instalará a comissão ou não.

Na mesma linha, o senador

CORREIO BASTIDORES

POR
FERNANDO MOLICA

Waldemir Barreto / Agência Senado



Plínio Valério rejeitou proposta que favorecia Master

Relator disse que emenda de
Ciro Nogueira 'inoportuna'

Relator, na Comissão de Constituição e Justiça, da PEC 65, que trata do Banco Central, o senador Plínio Valério (PSDB-AM) classificou de "inoportuna" a emenda apresentada por **Ciro Nogueira** (PP-PI) e que, segundo a Polícia Federal, foi redigida pelo Banco Master.

Para Valério, a garantia de R\$ 250 mil para investimentos dada pelo Fundo Garantidor de Créditos (FGC) era suficiente: cobria 99% dos depósitos e investimentos e cerca de 50% de seus valores. Nogueira queria aumentar o limite para R\$ 1 milhão.

O relator também criticou a proposta de Nogueira de transferir a regulação do FGC — mantido e administrado por bancos — para o Conselho Monetário Nacional.

Modelo privado

Em seu parecer, Valério admitiu, como ressaltado por Nogueira, que o modelo privado de fundos garantidores é minoritário na maior parte dos países.

Mas ressaltou que esse formato é adotado em mais de trinta nações, entre elas, algumas como "com sistemas financeiros complexos", como Alemanha, França, Suíça, Singapura e Hong Kong. Frisou que em nenhum país esse tipo de fundo é matéria constitucional.

Waldemir Barreto/Agência Senado



Senador rompeu acordo e pautou PEC

A surpresa de Alcolumbre

O parecer sobre a emenda de Nogueira foi apresentado por Valério em 14 de agosto de 2024.

No dia 4 de setembro, o relator se disse surpreendido pela decisão do então presidente da CCJ, **Davi Alcolumbre** (União-AP), de colocar a PEC na pauta, o que despeitava um acordo que havia sido feito. Valério pediu uma "explicação plausível" para a atitude.

Alcolumbre respondeu que não tomara a decisão sozinho, atendera pedidos de outros senadores. A PEC ainda tramita na CCJ.

Estilhaços no Paraná

Estilhaços gerados pela suspeita de que o Master redigiu a emenda chegaram ao Paraná e ameaçam ferir a candidatura do deputado **Filipe Barros** (PL) ao Senado.

Em novembro de 2024, três meses depois de Nogueira apresentar sua emenda, Barros protocolou projeto de lei que também aumentava para R\$ 1 milhão a cobertura do FGC. Em fevereiro passado, ele retirou seu projeto.

'Credenciais'

A esquerda não perdeu tempo e respondeu entrevista em que o senador **Flávio Bolsonaro** (PL-RJ) disse que **Ciro Nogueira** tinha "perfil" e "todas as credenciais" para ser candidato a vice-presidente da República. Na época, Flávio ainda não havia sido lançado ao Palácio do Planalto pelo pai, **Jair Bolsonaro**.

Ressaca

As acusações contra Nogueira, ex-chefe da Casa Civil de Bolsonaro, abalaram a oposição — ficou mais difícil tirar o Master da própria sala. A reunião do presidente **Lula** (PT) com **Donald Trump** também colaborou para esfriar o ânimo dos que comemoravam as derrotas do governo no Congresso.

Torcida

Apesar do tapete vermelho estendido para Lula e do uso da palavra "dinâmico" por Trump para classificar o brasileiro, bolsonaristas ainda acreditam/torcem para que as expectativas do petistas acabem frustradas pela Casa Branca. Fazem o discurso do ver para crer em concessões norte-americanas.

Refit

Ao afirmar, na entrevista, que falara com Trump sobre a lavagem de dinheiro no estado de Delaware, o ministro da Fazenda, **Dario Durigan**, tocou em um ponto muito importante para Lula. O grupo Refit teria usado as facilidades locais para lavar R\$ 72 bilhões — Lula já pediu aos EUA a prisão de **Ricardo Magro**, dono do conglomerado.

O sábio Barão

A irritação do ministro **André Mendonça**, do Supremo Tribunal Federal, e da Polícia Federal com a delação apresentada por **Daniel Vorcado**, do Banco Master, faz lembrar uma das grandes frases de **Apparício Torelly** (1895–1971), o Barão de Itararé: "De onde menos se espera, daí é que não sai nada".

Ô fase...

Outra má notícia para bolsonaristas: a Anvisa determinou o recolhimento de lotes de detergente, sabão líquido e desinfetante da marca **Ypê**: todos oferecem risco de contaminação. Quatro integrantes da família **Beira**, dona da Ypê, doaram um total de R\$ 1,5 milhão para a campanha de Bolsonaro em 2022.



Segundo Motta, fim da 6x1 é "prioridade" na Câmara

Motta projeta
fim da 6x1
ainda no mês
de maioPresidente da Câmara confia na
aprovação da proposta

Da Redação

Em entrevista na manhã desta quinta-feira, na Assembleia Legislativa da Paraíba, o presidente da Câmara dos Deputados, **Hugo Motta** (Republicanos-PB), demonstrou otimismo na aprovação das propostas que acabam com a jornada 6x1, na qual se trabalha por seis dias na semana com apenas um dia de folga. Para além da aprovação, Motta disse confiar que a proposta venha a ser aprovada em plenário ainda neste mês de maio.

"Queremos votar ainda neste mês de maio, no mês do trabalhador", acrescentou.

Motta esteve Paraíba para uma edição do "Câmara pelo Brasil", evento itinerante que amplia o diálogo da Casa com a sociedade.

Segundo o presidente, o tema da escala 6x1 já entrou na agenda prioritária do Congresso e deve avançar nas próximas semanas, com expectativa de análise ainda no mês de maio.

"Queremos que todos compreendam que há uma decisão política de se caminhar nesse sentido. É melhor sentar à mesa e negociar o texto, porque temos o horizonte de data para ser votado", disse Motta.

Ao lado de Motta na Paraíba, estava o ministro do Trabalho e Emprego, **Luiz Marinho**. Motta afirmou que a discussão sobre a redução da jornada de trabalho

e o fim da escala 6x1 "interessa a 70% da população" e destacou que o debate ocorre há décadas no país.

Segundo o presidente da Câmara, o objetivo é conduzir a tramitação da proposta "de forma responsável", ouvindo representantes de diferentes setores econômicos e trabalhadores.

"Não votar essa matéria não está em questão, vamos votar", reiterou Motta. Ele acrescentou que a comissão especial criada para discutir o assunto terá um mês de maio "intenso", com espaço para manifestações de todos os segmentos envolvidos antes da definição do texto final. A comissão especial analisa duas propostas de Emenda à Constituição (PECs).

A PEC 221/19, do deputado **Reginaldo Lopes** (PT-MG), propõe reduzir a jornada semanal gradualmente das atuais 44 para 36 horas. A transição se daria ao longo de dez anos.

A proposta apensada (PEC 8/25), da deputada **Erika Hilton** (Psol-SP), prevê uma escala de quatro dias de trabalho por semana, com limite de 36 horas no período.

Luiz Marinho informou que o governo defende a redução da jornada semanal de 44 para 40 horas, sem diminuição salarial e com duas folgas semanais.

Com informações da
Agência Câmara de Notícias

CORREIO ECONÔMICO

POR
ANDRE SOUZA

Joédson Alves/Agência Brasil



Receita espera 44 milhões de declarações neste ano

24 milhões de pessoas ainda não fizeram a declaração do IR

Faltando poucas semanas para o encerramento do prazo do Imposto de Renda 2026, cerca de 24 milhões de trabalhadores ainda não enviaram a declaração à Receita Federal. Segundo dados divulgados pelo órgão, mais de 20,3 milhões de documentos haviam sido entregues até a manhã desta quarta-feira (7), o que representa 46,1% do total esperado de 44 milhões de declarações neste ano. O prazo para envio termina em 30 de maio. Quem perder a data estará sujeito a multa mínima de R\$ 165,74, que pode chegar a 20% do imposto devido. A Receita recomenda que os contribuintes evitem deixar a entrega para os últimos dias, quando há maior risco de lentidão no sistema e aumento na procura pela plataforma de envio.

iPhone com lance mínimo de R\$ 922

A Receita Federal abriu novos leilões eletrônicos de mercadorias apreendidas, com envio de propostas durante o mês de maio e sessões de lances em datas diferentes conforme o edital. Os lotes incluem iPhones, notebooks, videogames, joias, carros e caminhões, com preços iniciais entre R\$ 50 e mais de R\$ 1,2 milhão. Há casos de iPhone com lance mínimo de R\$ 922 e lotes de eletrônicos a partir de R\$ 100. Para participar, é preciso acessar o Sistema de Leilão da Receita.

Ilustração/Imagem gerada por IA



2,6 milhões abrem o CNPJ após aderirem ao CadÚnico

30% dos MEIs do país estão no CadÚnico

Quase 30% dos microempreendedores individuais (MEIs) do país estão inscritos no Cadastro Único (CadÚnico), segundo levantamento do Sebrae e do Ministério do Desenvolvimento Social. Isso representa 4,6 milhões de MEIs entre os 16,6 milhões existentes no Brasil. A pesquisa aponta que 2,6 milhões abriram o CNPJ após aderirem ao CadÚnico, indicando que programas sociais têm estimulado a busca por autonomia financeira. O setor de serviços concentra a maioria dos empreendedores cadastrados, com 54% do total. Na sequência aparecem comércio (26%) e indústria (10%).

Conferência Anual do Banco Central

O Banco Central realizará, entre 13 e 15 de maio, a Conferência Anual do Banco Central, em Brasília. O evento reunirá especialistas e pesquisadores para debater temas como macroeconomia, estabilidade financeira, inovação financeira e sustentabilidade. A edição de 2026 terá como palestrante principal Gabriel Chodorow-Reich, da Universidade de Harvard.

Fiscalização I

A Agência Nacional do Petróleo (ANP) identificou irregularidades em fiscalizações realizadas entre 20 e 30 de abril em 13 estados. Em Minas Gerais, houve oito autos de infração, três interdições e apreensão de 24 mil litros de combustíveis. Em Santa Catarina, 142,2 mil litros de óleo lubrificante foram apreendidos.

Fiscalização II

No Pará, a ANP interditou um estabelecimento sem autorização para operar e apreendeu 9,6 mil litros de gasolina e 2,7 mil litros de diesel. Também foram registrados casos de destinação irregular de combustíveis e falhas em documentação e equipamentos durante as ações de fiscalização.

Voos cancelados

Companhias aéreas em todo o mundo cortaram até 2 milhões de assentos e cancelaram milhares de voos no mês de maio. Algumas tem adotado aeronaves menores, segundo dados da Cirium divulgados pelo jornal Financial Times. O motivo é o aumento do preço do combustível de aviação, provocado pela guerra no Oriente Médio.

Dinheiro na conta I

A Embraer, uma das maiores fabricantes de aeronaves do mundo, aprovou o pagamento de R\$ 7,6 mi em dividendos, equivalentes a R\$ 0,01 por ação. Terão direito os acionistas com posição em 11/maio (data-com). O pagamento será em 20/maio. A empresa registrou carteira de pedidos recorde de US\$32,1 bilhões (R\$ 168 bi), alta de 22%.

Dinheiro na conta II

A Gerdau, uma das maiores produtoras de aço das Américas, aprovou o pagamento de R\$ 354,1 milhões em dividendos aos acionistas, equivalentes a R\$ 0,18 por ação. Terão direito os investidores com posição em 13 de maio (data-com). O pagamento dos proventos será realizado em 9 de junho de 2026.

Dinheiro na conta III

A Neoenergia, uma das maiores companhias do setor elétrico brasileiro, aprovou o pagamento de R\$ 700 milhões em juros sobre capital próprio (JCP). Terão direito os acionistas com posição em 19 de maio (data-com). O pagamento dos proventos será realizado até dezembro de 2026, conforme cronograma da companhia.

Ilustração/Imagem gerada por IA



Produtos químicos cresceram 4% no mês de março

Indústria sobe 0,1% em março e acumula alta de 3,1% no ano

Petróleo, químicos e veículos em alta; Bebidas e móveis caem

Andre Souza

A produção industrial brasileira cresceu 0,1% em março na comparação com fevereiro e registrou o terceiro avanço consecutivo em 2026. Com o resultado, o setor acumula expansão de 3,1% no ano e opera 3,3% acima do nível pré-pandemia, de fevereiro de 2020, embora ainda esteja 13,9% abaixo do recorde histórico alcançado em maio de 2011. Os dados foram divulgados na quinta-feira (7) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) na Pesquisa Industrial Mensal (PIM).

Na comparação com março de 2025, a indústria avançou 4,3%, após recuo de 0,7% em fevereiro. Segundo o IBGE, o resultado foi influenciado pelo calendário, já que março deste ano teve 22 dias úteis, três a mais que no mesmo período do ano passado.

Segmentos

Entre fevereiro e março, quatro grandes categorias econômicas e oito dos 25 ramos pesquisados registraram crescimento. Os destaques positivos foram coque (combustível sólido produzido a partir do carvão mineral), produtos derivados do petróleo e biocombustíveis, com alta de 2,2%, e produtos químicos, que cresceram 4%. O primeiro setor completou quatro meses consecutivos de expansão, acumulando ganho de 11,5% no período. Já o segmento químico recuperou a queda de 1,5% registrada em fevereiro.

Também avançaram veículos automotores, reboques e carrocerias (1,1%), metalurgia (1,2%) e máquinas e equipamentos (1%). Entre as grandes categorias econômicas, bens de consumo duráveis tiveram a maior alta mensal, de 1,7%, acumulando crescimento de 9,9% em três meses. Bens de capital cresceram 0,6%; bens intermediários, 0,5%; e bens de consumo semi e não duráveis, 0,4%.

Caíram em março

Por outro lado, 16 atividades industriais apresentaram retração em março. As principais quedas vieram de bebidas (-2,9%) e máquinas, aparelhos e materiais elétricos (-3,9%). Também recuaram móveis (-6%), confecção de artigos do vestuário e acessórios (-4,1%), produtos alimentícios (-0,5%), manutenção, reparação e instalação de máquinas e equipamentos (-3,9%), celulose, papel e produtos de papel (-1,3%), equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos (-2,3%), produtos de madeira (-4,4%) e produtos de borracha e material plástico (-1,1%).

Comparação com 2025

Na comparação com março de 2025, os setores de bens de capital cresceram 6,5%; bens de consumo semi e não duráveis, 4,6%; e bens intermediários, 2,9%.

Próxima divulgação

Os dados de abril serão divulgados pelo IBGE em 3 de junho.

Aluguéis sobem em BH, Rio e Porto Alegre; SP caem

IVAR da FGV sobe 0,52% em abril, com BH liderando alta acumulada em 12 meses entre as capitais

O Índice de Variação de Aluguéis Residenciais (IVAR), divulgado esta semana pela Fundação Getulio Vargas (FGV), apontou alta de 0,52% nos preços dos aluguéis residenciais em abril de 2026. Em março, o indicador havia registrado avanço de 0,40%. No mesmo mês de 2025, a variação tinha sido de 0,79%. No acumulado do ano, o índice apresenta alta de 1,87%. Já no acumulado de 12 meses, houve desaceleração de 4,78% em março para 4,49% em abril. Os dados foram divulgados pelo FGV IBRE.

O levantamento mostra alta mensal dos aluguéis nas quatro capitais pesquisadas pelo indicador: Belo Horizonte, Rio de Janeiro, Porto Alegre e São Paulo. Belo Horizonte registrou a maior variação mensal entre as cidades analisadas, com avanço de 1,17% em abril. Em março, a capital mineira havia registrado alta de 0,56%. No acumulado de 12 meses, o índice da cidade passou de

4,78% em março para 9,68% em abril, a maior taxa entre as capitais acompanhadas pelo IVAR.

No Rio de Janeiro, os aluguéis subiram 0,70% em abril. O resultado representa o quarto mês consecutivo de alta mensal na capital fluminense. Em março, a variação havia sido de 0,54%. Na comparação acumulada em 12 meses, o índice acelerou de 2,60% para 4,82% entre março e abril.

Porto Alegre apresentou alta mensal de 0,40% em abril, após avanço de 0,71% em março. No acumulado em 12 meses, a capital gaúcha registrou aceleração de 6,40% para 7,31%.

São Paulo registrou a menor variação mensal entre as capitais pesquisadas, com alta de 0,32% em abril. Em março, a capital paulista havia registrado avanço de 1,06%. Segundo a FGV, a cidade apresentou a desaceleração mais intensa no ritmo de aumento dos aluguéis no período analisado. No acumulado de 12 meses, São Paulo foi a única



São Paulo registrou desaceleração em 12 meses (de 4,16% em março para 0,86% em abril)

capital a registrar desaceleração, com a taxa passando de 4,16% em março para 0,86% em abril.

De acordo com o economista Matheus Dias, do FGV IBRE, o comportamento do indicador sugere um período de menor volatilidade no mercado de locação residencial. Segundo ele, a manutenção dos juros em patamar elevado continua sustentando a demanda por imóveis alugados, enquanto a restrição orçamentária das famílias limita reajustes maiores nos contratos.

O economista também afirmou que a desaceleração do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) passou a influenciar os reajustes dos contratos de aluguel residencial. Segundo Dias, o índice oficial de inflação vem sendo utilizado com maior frequência nas renegociações de contratos.

Outro ponto citado pelo economista é o encerramento do processo de recomposição dos va-

lores dos contratos após a pandemia. Segundo ele, contratos que apresentavam defasagem em relação à inflação acumulada já foram renovados a preços de mercado ao longo de 2023 e 2024, reduzindo a pressão de reajustes represados nos últimos meses.

A FGV destacou que o comportamento de São Paulo teve impacto direto no resultado agregado do indicador nacional. Por ter o maior peso na composição do IVAR, a desaceleração registrada na capital paulista contribuiu para limitar uma aceleração mais intensa do índice nacional, mesmo com o avanço acumulado observado em Belo Horizonte, Rio de Janeiro e Porto Alegre.

O levantamento

O IVAR acompanha a evolução dos preços de aluguéis residenciais com base em dados de contratos administrados por empresas do setor imobiliário. O indicador considera os valores efetivamente pagos

pelos inquilinos em cada período e utiliza informações das capitais Belo Horizonte, Porto Alegre, Rio de Janeiro e São Paulo. O índice nacional é calculado a partir da média ponderada dessas cidades, utilizando os mesmos pesos adotados nos subíndices do IPC-S.

Segundo a FGV, os dados usados na composição do IVAR incluem reajustes periódicos previstos em contrato e renegociações realizadas entre locadores e locatários ao longo da vigência das locações. Um mesmo imóvel pode ser acompanhado em diferentes contratos ao longo do tempo, conforme a dinâmica do mercado imobiliário. O instituto informou que os valores considerados no cálculo do índice correspondem aos montantes efetivamente desembolsados pelos inquilinos em cada período.

A FGV informou ainda que a próxima divulgação do IVAR, referente ao mês de maio de 2026, será realizada em 9 de junho.

Inadimplência atinge 29,7% das famílias brasileiras em abril, aponta CNC

O percentual de famílias brasileiras com dívidas voltou a subir e atingiu o maior nível da série histórica da Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic), da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC). Em abril, 80,9% das famílias relataram possuir algum tipo de dívida, acima dos 80,4% registrados em março e dos 77,6% observados no mesmo mês de 2025.

O levantamento mostra que quatro em cada cinco famílias possuem contas parceladas, financiamentos, empréstimos ou compras no cartão de crédito. O índice vem renovando recordes ao longo de 2026. Em janeiro, a taxa havia atingido 79,5%; em fevereiro, 80,2%; em março, 80,4%;

até chegar aos 80,9% em abril.

Apesar da alta do endividamento, a inadimplência apresentou avanço menor. O percentual de famílias com contas em atraso ficou em 29,7% em abril, ante 29,6% em março e 29,1% em abril de 2025. Já a parcela das famílias que afirmam não ter condições de pagar as dívidas atrasadas permaneceu em 12,3%.

O cartão de crédito continua sendo a principal modalidade de dívida entre os brasileiros, seguido pelos carnês de loja e pelo crédito pessoal. Entre as famílias inadimplentes, 49,5% afirmaram estar com débitos atrasados há mais de 90 dias. O tempo médio de atraso permaneceu em 65,1 dias pelo terceiro mês consecutivo.

A pesquisa também mostra diferenças entre as faixas de ren-



Cartão de crédito segue como a principal dívida dos brasileiros

da. Entre as famílias com rendimento de até três salários mínimos, o índice de endividamento alcançou 83,6%, enquanto 38,2% relataram contas em atraso.

No grupo com renda entre

três e cinco salários mínimos, 82,8% das famílias estão endividadas. Entre aquelas com renda de cinco a dez salários mínimos, o percentual chegou a 80,1%. Já nas famílias com renda superior

a dez salários mínimos, o índice ficou em 70,8%.

De acordo com a CNC “o avanço do endividamento ocorre em meio ao aumento do custo do crédito e ao maior comprometimento da renda das famílias. Ao mesmo tempo, programas de renegociação seguem em expansão”. O governo federal lançou neste mês a segunda etapa do Desenrola Brasil, com descontos para renegociação de dívidas e possibilidade de parcelamento com juros reduzidos.

Sobre o levantamento

A Peic é divulgada mensalmente pela CNC e acompanha indicadores relacionados ao acesso ao crédito, inadimplência e capacidade de pagamento das famílias brasileiras.

Dora Kramer*

Conflito de interesses assola tribunais superiores

O tema do conflito de interesses chegou para ficar, e pelo visto se ampliar, nos tribunais superiores. Já tínhamos o problema da venda de sentenças no Superior Tribunal de Justiça (STJ), a questão de ligações perigosas no Supremo (STF), a criação de novos penduricalhos na Justiça Militar (STM) e agora temos a venda de cursos para advogados na corte do trabalho (TST). Esses tópicos não contam a história toda das incorreções em curso nesse universo, mas ao menos fortalecem a evidência da necessidade de um regramento de condutas.

Códigos de ética, sozinhos, não dão conta do riscado, mas são um começo na imposição de freios a autoridades que exercem o poder de modo desenfreado e que ficariam no mínimo

submetidas ao constrangimento de serem vistas como infratoras.

O presidente do TST, Luiz Philippe Vieira de Mello Filho, junta-se nessa cruzada (ainda inglória) ao ministro Edson Fachin, expondo a situação de maneira ainda mais clara do que tem feito o presidente do STF.

“Ministros dando palestras em cursos pagos por advogados, ensinando como atuar no tribunal, é completamente antiético”, disse, pontuando o conflito de interesses com todos os efes e erres.

Surpreende que tenha sido, como alega, pego de surpresa, visto que a maioria dos juízes - 14 dos 25 do colegiado - complementam seus proventos com a atividade de fornecer a advogados o caminho das pedras para se dar

bem na defesa de suas causas trabalhistas no tribunal onde serão julgadas. Isso não é exercício legítimo do magistério, é lição de lobby indevido.

Peca o magistrado Vieira de Mello, porém, ao reforçar e normalizar a divisão da corte entre os juízes que têm interesses e os que defendem causas, colocando-se na ala dos moralmente superiores. Fica, com isso, evidente a existência no TST do mesmo tipo de dinâmica partidária que contamina o STF.

Nessa toada, nada se corrige; tudo é jogado na vala das disputas internas por um protagonismo político incompatível com quem deve à sociedade o ofício da boa justiça.

***Jornalista e comentarista de política**

Vinicius Lummertz*

O mundo mudou. O Brasil virou ativo estratégico.

Durante boa parte da história, o Brasil ocupou posições econômicas relevantes sem jamais exercer centralidade efetiva no sistema internacional. O mundo demandava produtos brasileiros — açúcar, ouro, borracha, café, minério —, mas não dependia estruturalmente do país como plataforma ampla de estabilidade, produção e escala. Isso começa a mudar.

A reorganização geopolítica global alterou profundamente os critérios de valor das nações. O planeta saiu da era da globalização relativamente previsível e ingressou em um período marcado por disputa tecnológica, fragmentação industrial, insegurança energética, competição estratégica e crescente preocupação com alimentos, minerais críticos, cadeias produtivas e estabilidade territorial.

O mundo voltou a valorizar ativos concretos e posição geopolítica. E poucos países concentram simultaneamente tantos desses ativos quanto o Brasil.

O país reúne água, energia, alimentos, território, biodiversidade, capacidade mineral, mercado interno relevante e relativa distância dos grandes conflitos globais. Em um cenário internacional cada vez mais instável, isso desloca o Brasil para uma categoria diferente de importância estratégica.

talvez pela primeira vez na história moderna, o ativo geopolítico não seja apenas um produto brasileiro específico. O ativo estratégico começa a ser o próprio Brasil.

Hoje o país já é percebido como necessário. Em determinados cenários futuros, poderá tornar-se indispensável.

Aqui residem as maiores oportunidades e os maiores riscos do Brasil contemporâneo. O problema é que o Brasil ainda não parece agir como quem compreendeu plenamente a dimensão histórica do momento em que entrou.

Enquanto o mundo começa a enxergar o país como uma das poucas plataformas simultaneamente capazes de oferecer segurança alimentar, energética, ambiental e territorial em larga escala, o debate interno brasileiro permanece frequentemente aprisionado em disputas pequenas, ciclos populistas e uma lógica política incapaz de elevar a discussão nacional à dimensão do novo cenário internacional.

Um cenário no qual o Brasil poderia caminhar para tornar-se uma das quatro ou cinco maiores economias do planeta ao longo das

próximas décadas.

O país continua preso ao curto prazo justamente quando o mundo passou a operar em lógica estratégica simultânea de curto, médio e longo prazo.

Hoje o Brasil possui o quinto maior superávit comercial do mundo e figura também entre os maiores destinos globais de investimento estrangeiro direto. Poucos países recebem simultaneamente tanto capital internacional e concentram tamanho volume de ativos estratégicos.

Ainda assim, o crescimento brasileiro permanece baixo para seu potencial histórico. O Brasil não consegue converter plenamente potencial em velocidade de enriquecimento nacional.

E o problema mais grave talvez seja outro: a produtividade avança lentamente. O investimento produtivo enfrenta obstáculos permanentes. Projetos estratégicos levam anos para sair do papel. Infraestruturas fundamentais convivem com judicialização interminável, insegurança regulatória e lentidão decisória.

O Brasil realizou reformas importantes nas últimas décadas, mas continua sendo um país difícil de desenvolver, difícil de investir e difícil de empreender.

O problema brasileiro deixou de ser ausência de potencial. Passou a ser incapacidade de transformar potência em peso econômico, produtividade e velocidade histórica. Grande parte dessa limitação nasce do próprio modelo interno.

O país passou décadas ampliando gastos correntes, expandindo estruturas estatais e convivendo com déficits públicos persistentes que ajudaram a produzir juros estruturalmente elevados e baixa capacidade de investimento produtivo de longo prazo.

O resultado é um ambiente em que enorme parte da energia econômica nacional é consumida tentando sobreviver às ineficiências do próprio sistema.

Juros elevados drenam investimentos. O baixo crescimento reduz produtividade. A produtividade limitada restringe renda. E então o próprio modelo passa a exigir mais expansão compensatória do Estado, alimentando novamente juros altos e crescimento baixo. O sistema morde o próprio rabo.

Talvez exista aqui uma dimensão ainda mais profunda e pouco discutida: o anti-investimento brasileiro possui consequências amo-

rais invisíveis.

Porque ninguém responde objetivamente pelos empregos que não foram criados, pela renda que deixou de existir ou pelos investimentos que migraram para outros países em razão da paralisia estrutural. Os custos da lentidão dissolvem-se na burocracia impessoal, nos processos infinitos e na incapacidade sistêmica de decisão. Enquanto isso, o mundo se reorganiza rapidamente.

As grandes potências procuram segurança energética, cadeias industriais resilientes, minerais críticos, inteligência artificial, infraestrutura, capacidade produtiva e territórios estáveis. E poucos países oferecem simultaneamente essas características como o Brasil.

Foi exatamente essa percepção que apareceu de maneira muito clara nas conversas realizadas durante a Global Conference do Milken Institute, em Beverly Hills, reunindo algumas das principais lideranças globais de investimentos, tecnologia, energia e geopolítica.

O ambiente do encontro era menos de euforia financeira e mais de realismo estratégico. O historiador Niall Ferguson alertou para paralelos entre o momento atual e períodos anteriores às grandes rupturas geopolíticas do século 20. Larry Fink chamou atenção para a gigantesca demanda energética produzida pela inteligência artificial. Ken Griffin destacou riscos financeiros associados ao excesso de liquidez global.

Mesmo quando pouco mencionada diretamente, a China aparecia como pano de fundo de praticamente todas as discussões. Nesse cenário de reorganização global, o Brasil passou a despertar um tipo diferente de interesse. Não apenas como exportador de commodities, mas como uma das poucas grandes plataformas estratégicas disponíveis para o século 21.

O mundo já precifica o Brasil com suas mazelas, ineficiências e contradições. A verdadeira surpresa seria o país conseguir destravar seu ambiente de desenvolvimento, elevar produtividade, reduzir sua paralisia estrutural e operar à altura dos ativos históricos que possui.

Porque poucos países têm hoje tantas possibilidades simultâneas de transformação em suas próprias mãos quanto o Brasil.

***Vinicius Lummertz é Senior Fellow do Milken Institute, foi ministro do Turismo e secretário de Turismo e Viagens de São Paulo.**

Aristóteles Drummond

O diplomata perfeito

Tese do diplomata Henri Carrières sobre Vasco Leitão da Cunha vem de receber primorosa edição da Francisco Alves. O correto estudo confirma ser a nossa diplomacia, desde sempre, reveladora de notáveis brasileiros. Desde o Império, com o Barão do Rio Branco, Joaquim Nabuco e Domício da Gama, passando à República, com Oswaldo Aranha, Afrânio de Melo Franco, Pio Corrêa, Roberto Campos e Vasco Leitão da Cunha; todos foram notáveis servidores públicos. Além da presença na literatura desde sempre, como prova a presença na média superior a 10% dos 40 ocupantes de cadeiras em nossa Academia Brasileira de Letras.

Vasco Leitão da Cunha foi ministro da Justiça, no Estado Novo, e chanceler na Revolução de 64, sempre com independência, coragem e convicções democráticas. Sua oposição à influência de comunistas e afins no Itamaraty foi decisiva na opção correta de alinhamento com as democracias ocidentais nos anos da Guerra Fria. Foi ator relevante em vários momentos da presença internacional do Brasil, tendo sido importante quando na embaixada em Havana, nas relações restabelecidas com a União Soviética, e encerrado a carreira na embaixada nos EUA. Seu primeiro posto, em 1930, foi em Lisboa, servindo com o embaixador José Bonifácio, político mineiro e irmão de Antônio Carlos de Andrada. Sua palavra de bom senso fez o Brasil votar pelo ingresso da Espanha na ONU e desde sempre vislumbrou a importância das relações estreitas com Portugal como nossa porta de entrada na Europa. Testemunhou os primeiros passos do Estado Novo português e guardou admiração por Salazar ao longo da vida. Agiu sempre sem se deixar intimidar pelas patrulhas ideológicas, voltado para o interesse nacional e a causa da paz entre as nações.

O livro tem prefácio do admirável diplomata e intelectual Gelson Fonseca, que seleciona algumas opiniões sobre o ilustre brasileiro, como a definição que lhe deu Roberto Campos de “diplomata perfeito”, do chanceler Luiz Felipe Lampreia de que “era o paradigma do diplomata” e, nas palavras do próprio Gelson, “um sucessor do Barão do Rio Branco”.

No mais, foi das últimas gerações em que a carreira abrigava membros de famílias tradicionais, descendentes de titulados do Império, que, pela cultura e presença social de alto nível construíram o prestígio internacional de nossa diplomacia, alinhando o Brasil com as nações e sociedades mais cultas e de alto nível do mundo, sem cotas nem apadrinhamentos.

Muitos poderiam fazer restrições ao fato de ter servido com lealdade e eficiência a diferentes governos por ignorarem que o bom diplomata, sem prejuízo de suas convicções, é um servidor público sujeito a hierarquia, disciplina. Um dos maiores diplomatas da história universal, Charles Maurice Talleyrand, ao ser indagado o que o levou a servir a tantos regimes e governos, respondeu que nunca deixou de servir a França.

Vasco Leitão da Cunha prestou relevantes serviços ao Brasil em sua longa e bonita carreira na Casa de Rio Branco.

JORNAL DO APOSENTADO

POR
ANDRÉ SOUZA

Logo da Federação Brasileira de Bancos



Entidade diz que medida restringe acesso a crédito barato

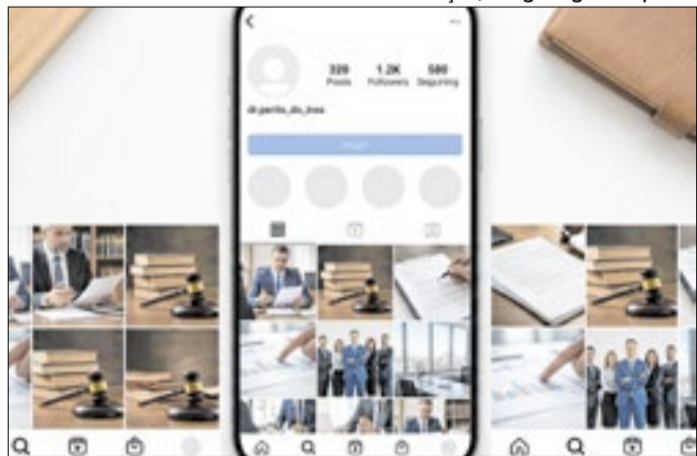
Associações de bancos reagem à suspensão do consignado

A Associação Brasileira de Bancos (ABBC), a Federação Brasileira de Bancos (Febraban) e a associação do setor financeiro Zetta, manifestaram preocupação com a decisão cautelar do TCU que suspendeu de forma abrupta as modalidades de crédito consignado do INSS. O segmento movimentava cerca de R\$ 100 bilhões por ano e R\$ 9 bilhões em descontos mensais, com 17 milhões de aposentados e pensionistas com operações ativas. A carteira reúne 65,4 milhões de contratos e R\$ 283,9 bilhões, com taxa média de 1,82% ao mês. Pesquisa indica que 56% usam o crédito por necessidade imediata e 35% para quitar dívidas. As entidades afirmam que a medida atinge população vulnerável e restringe acesso ao crédito barato.

Entidades destacam autorregulação

As entidades destacam ainda avanços de autorregulação: 1.173 advertências, 899 suspensões, 130 correspondentes banidos e 14 agentes de crédito suspensos por 12 meses. As reclamações caíram de 1.710, em junho de 2025, para 623 em dezembro, recuo acima de 60%. Agora, ABBC, Febraban e Zetta pedem ao TCU a modulação da decisão para manter o consignado com reforço gradual de controles.

Ilustração/Imagem gerada por IA



Simulação do perfil Dr Perito do INSS desativado

Perfil falso é derrubado pela Meta

A Meta desativou o perfil "Dr.Perito do INSS", no Instagram, após receber uma notificação extrajudicial da Advocacia-Geral da União (AGU). A página era utilizada para captar clientes para um escritório de advocacia previdenciária de maneira irregular. As condutas deste usuário configuravam fraude eletrônica, usurpação de função pública, falsificação de selo ou sinal público e falsa identidade. Além disso, o perfil não ia de acordo com os termos de uso do aplicativo, que proíbem utilização dos serviços para finalidades fraudulentas ou enganosas.

Outro perfil foi derrubado pela Meta

A notificação citou decisão do Supremo Tribunal Federal que permite responsabilizar as plataformas pelos conteúdos ilícitos publicados pelos seus usuários. A AGU também efetivou a derrubada do perfil e do Whatsapp Business do escritório de advocacia Samara Vieira, que eram utilizados para a captação de clientes. A notificação atendeu a pedido do Ministério da Previdência Social.

INSS Empresa I

A ferramenta INSS Empresa começa a funcionar a partir do dia 15 de maio. Ela permite que empresas consultem os afastamentos de empregados durante o vínculo empregatício. Com interface mais simples e amigável, a plataforma oferecerá dados desde 2019, em tempo real e com atualizações imediatas.

INSS Empresa II

O acesso será feito por meio de autenticação da conta gov.br com certificado digital de pessoa jurídica. Além disso, o responsável pela empresa poderá autorizar representantes para visualizar as informações do sistema, desde que tenham conta gov.br nível prata ou ouro. A plataforma reunirá dados sobre trabalhadores.

Parcela Opção I

A 1ª Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região rejeitou por unanimidade o recurso da União e manteve decisão favorável a aposentados ligados ao Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário e do MPU no DF. A ação trata da Parcela Opção, vantagem paga a servidores que exerceram cargos de chefia ou funções comissionadas.

Parcela Opção II

A decisão anula os efeitos do Acórdão 1.599/2019 do TCU, que havia barrado o pagamento da Parcela Opção para quem cumpriu os requisitos de aposentadoria após a Emenda Constitucional 20, publicada em dezembro de 1998. O entendimento do tribunal beneficia servidores aposentados que recebiam a vantagem incorporada aos vencimentos.

Desvios I

A Força-Tarefa Previdenciária deflagrou a Operação Falsa Matriz para combater fraudes relacionadas ao roubo de aposentadorias por meio do uso de documentos falsos. Foram cumpridos dois mandados de busca e apreensão em Alagoas e em São Paulo, em endereços ligados aos principais suspeitos investigados.

Desvios II

Segundo a investigação, foram utilizadas procurações e atestados médicos falsos para sacar valores retroativos de benefícios previdenciários e desviar parcelas da aposentadoria da vítima. De acordo com a Cordenação-Geral de Inteligência da Previdência Social (CGINP), o prejuízo ultrapassa R\$ 50 mil.



Se aprovada, revisão pode alterar valor da aposentadoria.

STF analisa "revisão da vida toda" no INSS

Julgamento sobre aplicação do benefício segue em andamento

Da Redação

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Dias Toffoli votou nesta semana, em julgamento virtual, a favor de permitir a chamada "revisão da vida toda" do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) em casos específicos. Se aprovada, a proposta vale para aposentados que entraram com ação na Justiça entre 16 de dezembro de 2019 e 5 de abril de 2024, período em que houve mudanças de entendimento sobre o tema nos tribunais.

O julgamento ocorre na ação 2.111, que trata do fator previdenciário e também foi usada como base para decisões que levaram à derrubada da revisão da vida toda no Supremo. O voto de Toffoli diverge da posição que ele mesmo havia adotado em 2024, quando se manifestou contra a tese.

No voto, o ministro defende que aposentados que buscaram a Justiça naquele intervalo devem ter o direito analisado conforme o entendimento que existia na época. Ele argumenta que houve "quebra de confiança" em relação às decisões anteriores do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e do próprio STF, que em 2022 chegaram a admitir a revisão. A revisão da vida toda é uma ação em que aposentados pedem que o cálculo do benefício leve em conta todas as contribuições feitas ao longo da vida, inclusive as realizadas antes do Plano Real. Em alguns casos, isso pode alterar o valor da aposentadoria.

O relator do caso, ministro Kassio Nunes Marques, votou contra o pedido. Ele afirmou que o recurso não traz novos argumentos e busca reverter uma decisão já tomada pelo STF, que considerou a revisão inviável. Segundo o relator, não é possível reabrir a discussão nesta fase do processo. O entendimento foi acompanhado por outros ministros, entre eles Cármen Lúcia, Alexandre de Moraes e Cristiano Zanin. Com esses votos, a votação parcial está 4 a 1 contra o recurso, com apenas o posicionamento de Toffoli favorável à tese em situações específicas. O julgamento ainda não foi concluído, ocorre em plenário virtual e não tem data definida para encerramento.

A tese da revisão já teve diferentes decisões no STF. Em 2022, foi aceita pela maioria dos ministros. Em março de 2024, o tribunal passou a impedir sua aplicação ao julgar ações relacionadas ao fator previdenciário. Em novembro de 2025, o Supremo confirmou a derrubada da tese por 8 votos a 3.

Segundo o advogado João Bardardi, do Instituto de Estudos Previdenciários (Ieprev), a aplicação defendida por Toffoli seria restrita a casos específicos. Ele afirma: "Tem muita gente que não tinha direito e entrou com o processo. Muitas pessoas, muitas vezes por erro de cálculo, com cálculos que não vão subir o valor do benefício. São as exceções que têm o direito".

Com informações da Folhapress

CORREIO NACIONAL

Divulgação/Governo de SP



Projeto também altera início da licença para mães

SP envia à Alesp projeto que amplia licença-paternidade

O Governo de São Paulo enviou à Assembleia Legislativa (Alesp) um projeto de lei que amplia de 5 para 20 dias a licença-paternidade de servidores estaduais. A proposta visa atualizar a política de apoio à primeira infância e às famílias, além de oferecer tratamento igualitário em casos de adoção. A medida também aperfeiçoa a licença-maternidade, que passará a iniciar após a alta hospitalar da mãe ou do bebê, garantindo que nenhum dia seja perdido em internações prolongadas. Para adoções, o outro cônjuge ou companheiro terá direito a 20 dias de afastamento. O projeto foi enviado nesta terça-feira (5) com pedido de tramitação em regime de urgência, segundo o governo estadual.

Procon encontra falhas em pet shops

Equipes do Procon de São Paulo vistoriaram 309 estabelecimentos que comercializam produtos e serviços para animais em 23 municípios paulistas e encontraram irregularidades em 149 (48,2%). Na capital, foram 158 fiscalizados, com 51 irregularidades (32,27%). Nas demais cidades, 151 foram visitados e 98 apresentaram problemas (64,90%), sobretudo falta de preço, validade e rotulagem, incluindo itens vencidos.

Divulgação/Governo de SP



Governo incentiva programas de empreendedorismo

SP abre 127 mil empresas no 1º trimestre

O Estado de São Paulo encerrou o primeiro trimestre de 2026 com mais de 127 mil empresas abertas, o melhor resultado da série histórica da Junta Comercial do Estado de São Paulo. O desempenho é impulsionado pelo mês de março, que registrou 49.794 novas empresas, o maior volume mensal em 28 anos. Em comparação a 2025, o crescimento foi de 21% no período e de 53,3% em relação a 2024. Segundo o IBGE, o volume de serviços no país cresceu cerca de 2,4% em 2025, contribuindo para o ambiente de negócios.

Noad atua contra crime digital infantil

O Núcleo de Observação e Análise Digital (Noad) da Secretaria de Segurança de SP retirou do ar mais de 90 perfis que compartilhavam vídeos do estupro coletivo de dois menores na zona leste, em 21/4. A prática é crime, punida com reclusão de 1 a 4 anos e multa. O Noad e o 63º DP seguem investigando autores e compartilhamentos. O The National Center for Missing and Exploited Children auxiliou na exclusão.

Assembleia debate

Parlamentares da Assembleia Legislativa de SP discutiram na 55ª Sessão Ordinária temas como a reforma administrativa na educação, privatizações no Grande ABC, violência policial e falta de fardamento. Deputados também celebraram a inauguração do Parque do Rio Bixiga, no centro da capital.

Nova ressonância

O Complexo Hospitalar Padre Bento, em Guarulhos, recebe novo equipamento de ressonância magnética, reforçando diagnósticos de alta complexidade. O investimento total é de R\$ 8 milhões, com recursos do Estado. O deputado Jorge Wilson destacou que a medida amplia o atendimento e integra avanços como mais leitos.

Pesquisa ameaçada

A Assembleia Legislativa de SP debateu o Decreto 70.410/2026, que extingue 67 mil cargos na administração estadual, incluindo 5.280 ligados a institutos de pesquisa. Parlamentares e especialistas alertaram para riscos à ciência, tecnologia e serviços essenciais, e estudam medidas jurídicas contra a extinção de cargos ocupados.

Democracia e TI

O Instituto do Legislativo Paulista promoveu aula sobre tecnologias de informação e democracia. Especialistas abordaram impactos de redes sociais e inteligência artificial, destacando desinformação, deepfakes e polarização política. O curso busca analisar fundamentos democráticos e desafios contemporâneos, com foco em transparência.

Hipertensão

A Assembleia Legislativa de SP promoveu debate sobre hipertensão pulmonar, doença rara que afeta 15 a 26 pessoas a cada 100 mil habitantes. Especialistas e pacientes pediram diagnóstico precoce, acesso a medicamentos pelo SUS e políticas públicas eficazes. Parlamentares prometeram encaminhar propostas legislativas.

Homenagem AACD

A Alesp realiza hoje sessão solene em homenagem à AACD, instituição de referência em reabilitação e inclusão de pessoas com deficiência. A cerimônia, presidida pela deputada Solange Freitas, inclui a entrega do Colar de Honra ao Mérito e reconhece 75 anos de atendimentos e contribuições à saúde e à inclusão social.



Carmen Lúcia votou contra a lei que altera a partilha

Dino pede vista e julgamento dos royalties é suspenso

Relatora, ministra Carmen Lúcia votou contra a aplicação da lei

Redação

A ministra Carmen Lúcia, do Supremo Tribunal Federal, votou, nesta quinta-feira (7), pela manutenção do modelo atual de distribuição dos royalties do petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos, concentrando os repasses aos estados e municípios produtores, como Rio de Janeiro, Espírito Santo e São Paulo.

Segundo a relatora, essas regiões enfrentam impactos diretos da atividade de exploração e, por isso, devem receber compensações financeiras. Para a ministra, a própria Constituição já definiu esse modelo de repartição, e as mudanças previstas na lei de 2013 alterariam o sistema tributário sem respaldo constitucional. Após o voto da relatora, o ministro Flávio Dino pediu vista do processo, suspendendo temporariamente o julgamento. O magistrado terá até 90 dias para devolver o caso ao plenário.

A análise começou na quarta-feira (6), quando o plenário ouviu o relatório das ações, além das manifestações das partes e dos interessados no processo. Representantes da União, dos estados e dos municípios produtores defenderam a manutenção das regras atuais, argumentando que os royalties têm caráter compensatório pela exploração dos recursos naturais. Em contrapartida, representantes dos estados e municípios não produtores sustentaram que a revisão das regras promoveria uma distri-

buição mais equilibrada da riqueza nacional, em consonância com um modelo federativo mais igualitário.

Durante o julgamento, Carmen Lúcia rebateu argumentos de que os impactos ambientais da exploração em alto-mar atingiriam igualmente outras regiões do país. Segundo ela, embora os danos ambientais possam ter efeitos difusos, os maiores impactos permanentes recaem sobre as áreas diretamente ligadas à atividade petrolífera.

O tema está em debate no STF desde 2013, quando a ministra concedeu liminar suspendendo a nova regra de partilha. Desde então, o caso entrou diversas vezes na pauta de julgamentos, mas acabou sendo adiado, inclusive a pedido de estados produtores, como o Rio de Janeiro. A norma questionada alterou os percentuais de distribuição dos royalties e das participações especiais destinados à União, estados e municípios produtores, criando limites para os repasses e direcionando parte dos recursos, por meio de fundos especiais, aos estados e municípios não produtores.

A proposta surgiu em meio às discussões sobre a criação de um fundo voltado para investimentos em educação e saúde com recursos do petróleo. Nesse contexto, foi aprovada a Lei 12.858/2013, que destinou 75% dos royalties do petróleo para a educação e 25% para a saúde. A legislação também determinou que metade dos recursos do Fundo Social do Pré-Sal seja aplicada nessas áreas.

CORREIO CENTRO-OESTE

Divulgação/Gabriela Jordão



Com apoio do GDF, peça é exibida neste fim de semana

DF: teatro adapta Shakespeare para abordar relações abusivas

O espetáculo DesdeSempre, inspirado na obra Otelo, de William Shakespeare, terá apresentações gratuitas neste fim de semana no Teatro Sesc Newton Rossi, em Ceilândia, com apoio do governo do Distrito Federal (GDF). A peça aborda violência de gênero por meio de relatos reais e também fictícios, sendo exibida às 20h de sábado (9) e às 19h de domingo (10), com ingressos disponíveis na plataforma Sympla. Na sexta-feira (8), estudantes do Centro de Ensino Médio 04, do Centro Educacional 06 e do Centro Educacional 11 participarão de uma sessão do Projeto Matilha — Teatro, Território e Periferia, seguida de debate com psicóloga e convidados. O projeto recebeu recursos da Secretaria de Educação do DF (SEE-DF).

Circuito busca influenciadores do DF

Criadores de conteúdo do Distrito Federal podem se inscrever na Campanha Influenciador Social, da Projetus, para divulgar o circuito Bate Papo 3º Setor 2026. A iniciativa prevê dez encontros entre maio e setembro. Os selecionados usarão o Instagram para incentivar a presença do público e aquele que tiver o melhor desempenho em cada etapa receberá R\$ 1 mil. Ao fim do circuito, haverá prêmio de viagem internacional. As vagas são limitadas.

Divulgação/Festival Cidade Vertical



O Festival Cidade Vertical terá programação gratuita

DF: Águas Claras celebra 23 anos

Águas Claras (DF) recebe, no sábado (9), a 3ª edição do Festival Cidade Vertical, com programação gratuita das 10h às 22h. O evento marca os 23 anos da região e terá apresentações musicais, atividades infantis, feira de economia criativa e praça gastronômica. Entre as atrações confirmadas estão DJ Marcus Santz, Talíz e Laady B. A programação inclui oficinas culturais, ações de acessibilidade, audiodescrição e coleta seletiva de resíduos em parceria com cooperativas de catadores. O espaço contará com atividades para crianças ao longo de todo o dia.

PCDF desfaz golpe do falso advogado

A Polícia Civil do Distrito Federal cumpriu oito mandados de busca em São Paulo e no Ceará na Operação Causa Ganha, que investiga um esquema do falso advogado, que acontecia por meio de aplicativos de mensagens. Segundo a apuração, os suspeitos informavam a liberação de valores judiciais para induzir vítimas a fazer transferências bancárias sob o pretexto de pagamento de taxas.

Hackathon

O Hub Goiás receberá, nos próximos dias 15 e 16, o Hackathon Saneago, uma parceria entre a Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação (Secti-GO) e a Companhia de Saneamento de Goiás (Saneago). A maratona será gratuita e buscará propostas para desafios do saneamento básico por meio da tecnologia.

Audiência

A Secretaria de Infraestrutura e Logística de Mato Grosso fará, no próximo dia 15, uma audiência pública sobre a concessão do Lote A da Fase 2 do Programa de Concessões Rodoviárias 2023-2026. O trecho reúne parte das rodovias MT-320, MT-422, MT-423 e MT-429. A transmissão ocorrerá no YouTube, das 14h às 16h.

Consulta

A prefeitura de Campo Grande (MS) fará uma consulta pública sobre o Estudo de Impacto de Vizinhança de empreendimento de uso misto no Bairro Santa Fé. Contribuições podem ser feitas entre o dia 20 deste mês e 11 de junho. As propostas podem ser entregues na sede da prefeitura ou por e-mail.

Sorteio

Contribuintes têm até domingo (10) para se inscrever na Nota Fiscal Goiana e concorrer ao sorteio de maio. A premiação vai distribuir um total de R\$ 200 mil, com o prêmio principal de R\$ 50 mil. O sorteio ocorre dia 28, na Secretaria da Economia. O cadastro é gratuito e feito no site, com documento, data de nascimento e nome da mãe.

Operação

O Grupo de Atuação Especial Contra o Crime Organizado (Gaeco) de Barra do Garças (MT) deflagrou a terceira fase da Operação "Tudo 2" para combater uma organização suspeita de movimentar R\$ 2,8 milhões em Mato Grosso e Goiás. A investigação apontou tráfico de drogas, golpes virtuais, apostas e jogos de azar.

Programação

O Parque dos Ipês recebe dois eventos na sexta-feira (8) e no sábado (9), em Dourados (MS), com entrada gratuita. A programação inclui feira, música e venda de produtos. Na sexta, a Feira Sabores no Parque ocorre das 17h às 23h. No sábado, a Feira da Economia Solidária começa às 16h, com expositores e apresentações.



Apresentações reúnem canções nacionais e eruditas

Escola do Futuro celebra Mês das Mães em Goiânia

Programação musical gratuita no fim de semana na Basileu França

A Escola do Futuro de Goiás em Artes Basileu França promoverá apresentações no domingo (10) e na segunda-feira (11), no Teatro Escola, em Goiânia (GO).

A agenda será gratuita e foi organizada para marcar o Dia das Mães com um repertório de música clássica e canções populares brasileiras, além da participação da cantora Maria Eugênia em parte das atividades.

No domingo, às 10h30, o público acompanhará uma sessão dupla com a Orquestra Infantil Mozart e a Orquestra Juvenil Pedro Ludovico Teixeira.

Os grupos serão conduzidos pelos maestros Tiago Biscaro e Erick Félix. A entrada será gratuita. A Orquestra Infantil Mozart abrirá a programação com arranjos preparados para o concerto.

Entre as músicas previstas estão "Como é grande o meu amor por você", de Roberto e Erasmo Carlos, "Eu sei que vou te amar", de Tom Jobim e Vinícius de Moraes, além de "Somewhere over the rainbow", de Harold Arlen.

A apresentação também contará com a participação de Maria Eugênia. Na sequência, a Orquestra Juvenil Pedro Ludovico Teixeira executará composições ligadas à música popular brasileira. O repertório reúne obras interpretadas por Milton Nascimento, Pixinguinha, Gal Costa, Maria Bethânia e Elis Regina.

Maria Eugênia voltará ao palco nesta parte do espetáculo.

O show continua na segunda, às 20h, com a segunda edição do concerto Natural, realizado pelo Coro Sinfônico Jovem de Goiás. Sob regência do maestro Wéber Assis, a apresentação terá obras de Ravel, Carlos Guastavino, Doriaval Caymmi e Tom Jobim.

Segundo a organização, o espetáculo busca aproximar o público de referências ligadas à natureza por meio da música.

O evento terá acesso livre conforme a disponibilidade de público no local. A organização informou que os concertos foram preparados para celebrar a data comemorativa junto às famílias goianas. Os repertórios incluem músicas nacionais e internacionais adaptadas para formações infantojuvenis e coro sinfônico.

A programação também reúne estudantes e músicos em formação vinculados aos projetos pedagógicos da instituição.

A Escola do Futuro de Goiás em Artes mantém atividades de formação voltadas para estudantes de diferentes faixas etárias e promove apresentações abertas ao público durante o ano.

Os concertos deste fim de semana ocorrerão na Avenida Universitária, nº 1750. A cantora Maria Eugênia participará das duas apresentações de domingo.

Já o concerto Natural encerrará a programação na noite de segunda-feira com composições ligadas ao repertório erudito e à música brasileira neste mês.

Dois funcionários do banco BRB são alvos de operação da PCDF

Investigação da PCDF apontou que os suspeitos movimentaram R\$ 15 milhões

Valter Campanato/Agência Brasil

Por Isabel Dourado

A Polícia Civil do Distrito Federal deflagrou, nesta quinta-feira (7), a operação Insider contra dois funcionários do Banco Regional de Brasília (BRB), um servidor público federal, empresários e pessoas jurídicas. Os investigados são moradores do Distrito Federal, Rio de Janeiro e São Paulo. Eles são suspeitos de terem movimentado R\$15 milhões.

De acordo com informações da Polícia Civil, as investigações começaram após informações repassadas pelo próprio banco distrital, que detectou as irregularidades em uma de suas agências em Ceilândia, no DF, onde o gerente da agência teria participado de operações suspeitas e descumprido regras de compliance.

Os investigadores identificaram movimentações financeiras estimadas em R\$15 milhões, envolvendo transferências suspeitas entre pessoas físicas e jurídicas, operações com uso intensivo de numerário em espécie e indícios de ocultação patrimonial por meio da aquisição de veículos de alto valor e circulação fracionada de recursos.

O delegado-chefe da Delegacia



Operação da PCDF identificou "movimentações atípicas" dos dois funcionários

de Repressão à Corrupção (DR-Cor), Diogo Cavalcante, esclareceu que a operação Insider não tem relação com o caso do banco Master. "Essa investigação começou no final do ano passado, quando o próprio banco BRB nos procurou trazendo informações suspeitas de movimen-

tações atípicas dentro de uma agência bancária. A partir dessa comunicação, nós fizemos a investigação preliminar, instauramos inquérito policial, identificando várias irregularidades, movimentações típicas em espécie milionárias entre esses grupos que integram a organização

criminosa e pedimos as medidas cautelares necessárias à investigação", explicou.

A operação cumpre 17 mandados de busca e apreensão, além do bloqueio financeiro proporcional ao valor das movimentações suspeitas nas contas bancárias dos investi-

gados, bloqueio de transferências de oito veículos de luxo e de um imóvel no DF. A ação contou com o apoio da Polícia Civil do Rio de Janeiro (DRCI/PCERJ).

A investigação também apura possíveis irregularidades envolvendo operações estruturadas no âmbito da BRB DTVM (Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários).

Durante as investigações foi identificado que o servidor do BRB, responsável pela intermediação de carteiras de ativos, teria operacionado a venda de ativos – três carteiras no valor de mais de 60 milhões de reais - e em datas imediatamente subsequentes às operações teria recebido percentual da operação, valor considerado incompatível com os rendimentos declarados.

O Governo do Distrito Federal (GDF) divulgou nota à imprensa afirmando que "não haverá complacência com qualquer desvio de conduta" dentro do BRB. "O compromisso do GDF é preservar a integridade do BRB, assegurar transparência nas apurações e garantir que eventuais responsáveis sejam punidos na forma da lei."

detran.df.gov.br

Brasília. CAPITAL DO ROCK E DA FAIXA DE PEDESTRES.

Aqui, o respeito também é cultura. Há 29 anos, a faixa de pedestres virou um dos maiores orgulhos do DF: um símbolo de cidadania que atravessa gerações e salva vidas todos os dias.

**Faça e respeite o Sinal de Vida.
Pedi. Parou. Passou.**



DESACELERE.
SEU BEM MAIOR É A VIDA.



DETRAN-DF



BRASILIANAS

Pedro Ventura/Agência Brasília



Com a sanção, o DF abrirá mão de até R\$ 11,6 milhões

Lei sancionada pode reduzir o diesel no DF em até R\$ 1,20

A governadora Celina Leão (PP) sancionou, nesta terça-feira (5), a Lei nº 7.865, que autoriza o DF a aderir ao regime federal de subvenção econômica ao diesel. A iniciativa permite ao GDF cooperar financeiramente com a União para reduzir o preço do combustível nas bombas, em meio à pressão provocada pela alta internacional do produto importado. O programa prevê queda de até R\$ 1,20 por litro, dividida igualmente entre os entes federativos que aderirem e o governo federal.

Com a sanção, o DF poderá abrir mão de até R\$ 11,6 milhões em dois meses, valor que será compensado por retenções no Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal. A medida integra o Regime Emergencial de Abastecimento Interno de Combustíveis, criado para mitigar a elevação do custo do diesel importado, que acumula alta próxima de 20% em razão de tensões externas e instabilidade no mercado internacional. O GDF avalia que a adesão é necessária para evitar repasses imediatos ao consumidor e reduzir pressões sobre setores que dependem do diesel, como transporte público, logística e abastecimento. A expectativa é que a regulamentação seja concluída nos próximos dias, permitindo que distribuidoras iniciem o processo de ajuste.

Divulgação



"Operários", uma das obras mais icônicas de Tarsila

'Mulher': Roda de conversa no TCU

O 4º Prêmio Engenho Mulher promove, neste sábado (9/5), uma roda de conversa sobre protagonismo feminino no Centro Cultural do TCU, às 10h. A atividade integra a visita mediada à exposição "Transbordar o mundo: os olhares de Tarsila do Amaral", que reúne obras e registros da artista e inspira reflexões sobre a presença das mulheres na cultura e na vida pública.

A realizadora do prêmio, Kátia Cubel, lembra que Tarsila do Amaral se projetou ainda no início do século 20, tornando-se referência de inovação e liderança feminina. Segundo ela, a iniciativa busca valorizar trajetórias que impulsionam a equidade de gênero e fortalecer redes de mulheres que atuam em diferentes áreas.

A edição deste ano conta com patrocínio da Fibra, do programa Glass is Good e de Alves Corrêa e Veríssimo Advogados Associados. O evento tem apoio do Sebrae-DF, do Boulevard Shopping, da Secretaria de Economia Criativa e do MAB. A entrega da premiação, que reconhecerá três mulheres do DF, será realizada em 25 de maio.

POR
WILLIAM FRANÇA

Setor cobra adesão das distribuidoras

A sanção da Lei nº 7.865 pelo GDF gerou reação imediata do setor de combustíveis. O Sindicombustíveis DF afirmou que a medida atende à demanda da população por preços mais baixos, mas destacou que a redução só chegará ao consumidor se as distribuidoras aderirem ao plano nacional de subvenção do ICMS. Segundo o presidente da entidade, Paulo Tavares, o alinhamento é essencial para que o desconto previsto seja aplicado de forma integral na ponta.

O sindicato lembra que o DF enfrenta consumo elevado de diesel, o que pressiona custos logísticos e amplia o impacto de oscilações internacionais. A entidade também aponta que o cenário fiscal local exige acompanhamento permanente, já que a adesão ao programa federal depende de compensações financeiras e pode afetar o orçamento caso o preço internacional permaneça instável.

A expectativa do setor é que a regulamentação operacional seja concluída rapidamente, permitindo que o mercado ajuste margens e repasses ao longo das próximas semanas.

Projetos do Melchior avançam na CLDF

A Câmara Legislativa aprovou, em primeiro turno, quatro projetos de lei derivados da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Rio Melchior, que investigou a poluição do curso d'água e encerrou seus trabalhos no ano passado, e que foi presidida pela distrital Paula Belmonte (PSDB).

As propostas tratam de ajustes na Política Ambiental, no reuso de água, na modernização das Estações de Tratamento de Esgoto e na coleta seletiva. Entre as medidas, está a vedação da transferência do Fundo Ambiental para o Tesouro e a obrigatoriedade de separar resíduos em três frações: recicláveis, orgânicos e rejeitos.

Os distritais também aprovaram o PL nº 2.231/2026, de autoria do deputado Roosevelt Vilela (PL), que altera regras do Estudo de Impacto de Vizinhança. O texto dispensa a apresentação do EIV para projetos voltados à organização logística do transporte e armazenamento de carga na macrozona rural. Segundo o autor, a exigência atual encarece a implantação dessas atividades e não traz ganhos.



O valor estimado da licitação é de R\$ 191,5 milhões

TCDF manda Educação corrigir licitação

Tribunal aponta falhas em edital de quadras esportivas no DF

Por Isabel Dourado

O Tribunal de Contas do Distrito Federal (TCDF) determinou que a Secretaria de Educação do DF corrija irregularidades na licitação de R\$191,5 milhões para a construção de quadras poliesportivas e coberturas em escolas públicas em 14 Regiões Administrativas (RAs) do DF. De acordo com o TCDF, foram encontradas uma série de irregularidades que podem reduzir a participação de interessados e prejudicar a busca pela proposta mais vantajosa.

O Tribunal suspendeu a Concorrência Eletrônica nº 90.002/2026 para que fossem feitas as correções, no entanto, a Secretaria de Educação do DF corrigiu apenas parte do edital. Agora, a contratação depende da reparação devida desses erros. Entre eles estão a restrição da competitividade e irregularidades nas exigências feitas para a comprovação de capacidade técnica das empresas interessadas em prestar o serviço.

De acordo com a Corte, a Secretaria de Educação manteve, no edital, "exigências consideradas excessivas". Além disso, a pasta também não apresentou justificativa suficiente para limitar a concorrência: pelo edital, uma mesma empresa pode vencer no máximo dois lotes. "Nesse sentido, se uma empresa apresentar o maior desconto em mais de dois

lotes e for impedida de contratá-los, pode haver perda econômica para a Administração", apontou o relatório técnico. Por esse motivo, o Tribunal de Contas do DF determinou que esses itens sejam retirados do edital.

Obras

O TCDF ainda determinou ajustes na lista de documentos que as empresas devem apresentar para comprovar sua experiência prévia. As intervenções incluem a construção das quadras e a instalação de estruturas de cobertura, com uso de materiais como concreto, estruturas metálicas e telhamento, conforme os projetos técnicos definidos. As obras serão executadas sob demanda e seguem seis modelos padronizados: quadra pequena, quadra média, quadra grande, quadra padrão sem vestiário, quadra padrão com vestiário, e pátio coberto.

A contratação foi dividida em dez lotes, organizados por Regiões Administrativas do Distrito Federal. As obras estão previstas para Ceilândia, Samambaia, Plano Piloto, Núcleo Bandeirante, Paranoá, Sobradinho, Taguatinga, Brazlândia, Recanto das Emas, Guará, Planaltina, São Sebastião, Santa Maria e Gama. Segundo o Tribunal de Contas, a divisão por lotes permite distribuir os serviços de acordo com a demanda das unidades de ensino em cada localidade.

CORREIO PAULISTANO

Rovena Rosa/Agência Brasil



Decisão foi aprovada por unanimidade após auditoria

TCM dá 30 dias para Nunes apresentar plano para EJA

O Tribunal de Contas do Município determinou que a gestão do prefeito Ricardo Nunes apresente, em até 30 dias, um plano para enfrentar a redução das matrículas na Educação de Jovens e Adultos (EJA) da rede municipal. A decisão foi aprovada por unanimidade após auditoria apontar falhas na oferta da modalidade. O levantamento mostra que a capital reduziu em mais da metade o número de estudantes na EJA em dez anos. Em 2024, cerca de 23 mil alunos estavam inscritos, o menor número desde 2007. Em 2014, eram mais de 53 mil. O TCM avaliou que a queda é maior do que a registrada no resto do país e que SP atende apenas uma pequena parcela da população adulta que não concluiu a educação básica.

Aumento do analfabetismo

A auditoria identificou problemas como fechamento de turmas e concentração da oferta em poucas escolas, além de precariedade em algumas unidades e falhas no acompanhamento da evasão escolar. Dados indicam aumento do analfabetismo na Grande SP entre 2016 e 2023. A Secretaria de Educação afirmou que não há falta de vagas e disse que as matrículas permanecem abertas durante todo o ano e que pretende ampliar ações.

Rubens Cavallari/Folhapress



Fachada do MP-SP no bairro da Sé, região central de SP

Dirigente da UPBus é preso

A Justiça de São Paulo decretou novamente a prisão de dirigentes da empresa de ônibus UPBus após recurso apresentado pelo Ministério Público de São Paulo. A decisão atinge Ubiratan Antonio da Cunha, presidente afastado da companhia, e Alexandre Salles Brito, conhecido como Buiú. Segundo o Ministério Público, os investigados descumpriram medidas cautelares impostas anteriormente pela Justiça. Entre as restrições estavam a proibição de frequentar dependências da empresa e manter contato com outros investigados ligados ao caso.

Restrições determinadas

As apurações fazem parte da Operação Fim da Linha, que investiga suposto uso de empresas de transporte coletivo para lavagem de dinheiro do crime organizado. De acordo com o MP, mesmo afastados das funções, os dirigentes continuaram participando de decisões e reuniões ligadas à administração da UPBus, que está sob intervenção desde o início das investigações.

Theatro I

Começou nesta quarta-feira (6) a 15ª Semana Municipal de Incentivo e Orientação ao Estudo e a Leitura. A abertura aconteceu no Theatro Municipal de São Paulo e reuniu mais de mil alunos da rede pública de ensino. A semana conta com diversos eventos culturais espalhados pela cidade de São Paulo.

Theatro II

O objetivo é ampliar o acesso à leitura. A iniciativa tem o apoio das secretarias municipais da Cultura e Economia Criativa, Educação e da Pessoa com Deficiência e foi instituída no calendário de eventos oficial da cidade de São Paulo por meio da Lei nº 14.999/2009 do vereador Eliseu Gabriel (PSB).

Inovação I

A reunião da Comissão Extraordinária de Inovação, Tecnologia e Cidade Inteligente, da Câmara Municipal de São Paulo, desta quinta-feira (7), foi marcada pela eleição da vice-presidente do colegiado para os trabalhos em 2026. A vereadora Edir Sales (PSD) foi a escolhida pelos parlamentares da Comissão.

Inovação II

O encontro também contou com a aprovação de requerimentos e a participação de Rodrigo Ashiuchi, ex-secretário Municipal do Verde e do Meio Ambiente. Edir Sales comentou que vai trabalhar para o desenvolvimento tecnológico da cidade de SP. E Rodrigo Ashiuchi apresentou aos vereadores o trabalho realizado na sua gestão.

Calçadas I

Os vereadores que integram a Subcomissão de Calçadas e Mobilidade a Pé ouviram representantes da Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente e da Siurb (Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana e Obras). Uma das convidadas foi Priscilla Martins Cerqueira, dir. de Arborização da Sec. do Verde.

Calçada II

Priscilla apresentou ações desenvolvidas pela pasta e destacou o PPCA (Projeto Piloto de Arborização de Calçadas). A iniciativa é de 2017 e, atualmente, está na quinta fase de execução. A Secretária diz que o programa amplia a cobertura vegetal da cidade por meio de metodologias participativas de plantio.



Cavaliere com Tainá de Paula e Aloizio Mercadante

Rio firma convênio ambiental com BNDES

Município vai aportar R\$ 10 milhões no programa Floresta Viva

Da Redação

A Prefeitura do Rio assinou, nesta quinta-feira (07) o convênio de adesão do município à iniciativa Floresta Viva, sendo a primeira cidade do país a entrar no programa. Assinado pelo prefeito Eduardo Cavaliere e pelo presidente do BNDES, Aloizio Mercadante, o convênio prevê o investimento de R\$ 10 milhões, sendo metade aportada pelo Banco e metade pelo município, por meio da Secretaria de Meio Ambiente e Clima.

Os recursos serão utilizados para apoio a projetos de restauração ecológica e produtiva do bioma Mata Atlântica no município do Rio, especificamente na Serra da Posse, em Campo Grande, na Zona Oeste.

Com prazo de execução de 48 meses, o projeto prevê o plantio e a manutenção de 337.125 mudas de espécies nativas da Mata Atlântica em uma área total de 93 hectares, fortalecendo a recuperação ambiental e a resiliência climática da região. A área de intervenção fica dentro da Área de Relevante Interesse Ecológico Floresta da Posse (ARIEFP) e abrange trechos dos morros das Paineiras, da Posse e Luís Bom, em Campo Grande, o maior bairro do País.

“Não podia ter outra cidade para ser a primeira a aderir ao Floresta Viva. O Rio tem um programa de reflorestamento histórico há mais de 40 anos, que na verdade nasce com o reflorestamento da floresta da Tijuca há 200 anos. Com esse

projeto, a gente restaura o bioma de Mata Atlântica, garantindo infraestrutura verde, e fazendo isso, como todos os projetos ambientais da prefeitura, com as lideranças das próprias comunidades que vivem limítrofes a essas florestas e que lideram esse processo, para que a gente possa avançar mais e mais com o reflorestamento”, disse o prefeito Eduardo Cavaliere.

O projeto promove a criação de um corredor ecológico, integrando áreas previamente reflorestadas pelo Programa Mutirão Reflorestamento e por medidas compensatórias ambientais. Com isso, será formada uma faixa contínua de vegetação, essencial para o deslocamento da fauna, a manutenção da biodiversidade e a estabilidade ecológica da região.

“Estamos felizes porque o Rio de Janeiro é o primeiro município do Brasil que assume essa agenda com prioridade. Reflorestar esses bairros onde, no verão, a sensação de calor chega a 48°C é muito importante, porque árvores, especialmente as árvores nativas, elas dão oxigênio, elas limpam o ar, trazem sombra, e, conseqüentemente, melhora a qualidade de vida da população. Aqui nós estamos cuidando de uma natureza que foi fundamental pra cidade ser o que ela é”, afirmou Mercadante.

A proposta de restauração substitui gradativamente gramíneas invasoras por cobertura arbórea nativa, reduzindo o risco de incêndio e promovendo o sombreamento natural do solo.

Cláudio Castro ganha apoio de prefeitos na corrida ao Senado

Em visita ao Sul Fluminense, ex-governador consegue ter a seu lado lideranças políticas

Por Sônia Paes

O prefeito de Volta Redonda, Antonio Francisco Neto, abriu as portas do seu apartamento, no Jardim Amália, para receber o ex-governador Cláudio Castro nesta quinta-feira, dia 07. No cardápio, a pré-candidatura ao Senado de Cláudio Castro e a tradicional comida árabe, que não falta nos encontros políticos do prefeito.

“Hoje, maravilha, aqui na casa do Neto. Eu digo o seguinte: para ganhar a eleição, tem que comer na casa do Neto. Então já dei o primeiro passo. Que honra”, disse Castro, recebendo a gentileza do prefeito de volta: “A honra é minha”, devolveu Neto, aliado de primeira hora do ex-governador.

O pré-candidato também foi ao gabinete de Neto, onde conversaram sobre a corrida ao Senado. Cláudio Castro, que estava acompanhado de Bernardo Rossi, ex-secretário de Estado do Ambiente e

Sustentabilidade, foi abraçado por prefeitos de praticamente toda a região durante a visita ao Sul Fluminense. Vereadores, como Rodrigo Furtado, de Volta Redonda, também demonstraram apoio ao ex-governador, que ressaltou a parceria construída com os prefeitos enquanto esteve à frente do Governo do Estado do Rio.

— Neto, acredito que esta é a maneira certa de governar: fazendo parceria e ouvindo os vereadores, as lideranças locais e os prefeitos. Assim, a gente leva a política pública para onde o cidadão precisa. Quem está na ponta são os vereadores e prefeitos. Vocês é que sabem do que os municípios precisam. Acho que isso foi construído com nossa parceria política — resumiu Castro, citando o programa Limpa Rio, idealizado e executado por Bernardo Rossi em municípios de todo o estado.

Ao lado de Castro estavam prefeitos que não escondem a

ajuda que tiveram para administrar suas cidades. Entre eles, Tande Vieira, de Resende; Babton Biondi, de Rio Claro; Katia Miki, de Barra do Piraí; e Luiz Furlani, de Barra Mansa.

— Mais uma vez, quero agradecer. Ninguém nunca ajudou o município de Volta Redonda como você ajudou. E gratidão não prescreve. A população precisa saber que você foi o governador que mais ajudou o município, e o Bernardo é o autor desta praça aqui. Obrigado — disse Neto.

Visita ao Hospital dos Olhos

No período da tarde, Cláudio Castro e Bernardo Rossi seguiram para Barra Mansa, cidade vizinha a Volta Redonda. Eles foram à prefeitura, onde tiveram um encontro com Luiz Furlani, e visitaram o Hospital dos Olhos, que será inaugurado ainda este mês. Quem aguardava Castro

era o ex-prefeito Rodrigo Drable, pré-candidato à Alerj e também ex-integrante da equipe do ex-governador no governo estadual.

Cláudio Castro usou o Hospital dos Olhos como exemplo do sucesso da parceria com os prefeitos.

O Hospital dos Olhos é mais um capítulo de uma história de amizade, parceria e de voltar a olhar para as cidades que são referência no nosso estado. Durante meu período no Governo do Estado, por meio da parceria com Rodrigo Drable e, depois, com Furlani, conseguimos tirar muitos sonhos do papel. Assim como entregamos o Restaurante do Povo e melhorias na infraestrutura, este hospital será um divisor de águas para a região — afirmou o ex-governador.

Luiz Furlani fala em transformação de Barra Mansa

Durante a visita, Furlani, assim como Neto, agradeceu a aten-

ção que o ex-governador teve com Barra Mansa. O resultado, segundo ele, foi a cidade passar por uma das transformações mais importantes de sua história.

“Cláudio Castro foi o governador que mais fez por Barra Mansa. E esta obra do Hospital dos Olhos está sendo realizada e finalizada com recursos do Governo do Estado, além do apoio incondicional do nosso deputado federal, Dr. Luizinho, que muito nos ajudou. Eu digo mais uma vez que somente com parceria se avança. Somos parceiros da Câmara Municipal e do Governo do Estado, e seguimos trabalhando porque ninguém chega a lugar algum sozinho. Estamos muito felizes com a concretização deste sonho”, declarou Furlani.

O pré-candidato ao Senado esteve ainda em Barra Mansa com vereadores, secretários, lideranças comunitárias e outras autoridades de toda a região.



Cláudio Castro, o prefeito de Barra Mansa, Luiz Furlani, e Rodrigo Drable visitam hospital

Defensoria move ACP para garantir tarifa social de água e esgoto em Vassouras

A Defensoria Pública do Rio de Janeiro (DPRJ) ingressou com uma Ação Civil Pública (ACP) contra a concessionária Rio Saneamento para garantir o acesso à Tarifa Social de água e esgoto no município de Vassouras. Com base no levantamento de dados realizado pelo 8º Núcleo Regional de Tutela Coletiva, apesar de o município possuir 6.778 famílias registradas no Cadastro Único (CadÚnico) do governo federal, apenas 826 recebem o desconto.

A petição inicial destaca que a Lei Federal 14.898/2024 estabeleceu o dever de busca ativa e o cadastro automático dos beneficiários. Na prática, a concessionária deve cruzar os dados governamentais com sua base de clientes, sem transferir ao consumidor vulnerável a responsabilidade de

solicitar o benefício ou apresentar documentos via internet.

Segundo o Defensor Público Lucas Aparecido Alves Nunes, a exigência de um cadastro para solicitar o direito cria uma barreira injustificável e configura uma grave violação à legislação federal.

- A lei estabelece que a aplicação é automática. Estamos tratando de pessoas hipervulneráveis que, por muitas vezes, sequer têm condições de acessar a internet e não conhecem seus direitos. Isso gera uma vulnerabilidade organizacional e informativa, impedindo que o cidadão que mais precisa tenha acesso efetivo à política pública - destacou o Defensor Lucas Aparecido Alves Nunes.

A Defensoria requer a imediata regularização dos cadastros



Defensoria requer a imediata regularização dos cadastros

e a restituição em dobro dos valores pagos a mais pelos usuários elegíveis desde a vigência da nova legislação. Além disso, a ação

pede a condenação da empresa ao pagamento de indenização por danos morais coletivos, dado o impacto social da falha na presta-

ção do serviço público essencial.

O Defensor Público e Coordenador de Tutela Coletiva da DPRJ, Fábio Schwartz, resalta que o problema é recorrente e reflete uma falha sistêmica em todo o Estado.

- O que ocorre é que há uma enorme disparidade entre o número de pessoas cadastradas na tarifa social e o número de pessoas elegíveis ao benefício. A interpretação da Defensoria é que as próprias companhias devem fazer a busca ativa e identificar os inscritos no CadÚnico; porém, na prática, elas não realizam o cadastro automático ou uma ampla divulgação sobre este recurso. As pessoas em situação de vulnerabilidade acabam não tendo conhecimento de como exercer esse direito - afirmou o Coordenador Fábio Schwartz.

CORREIO NORDESTE

Ascom Secepi



A atleta é atualmente a número 1 do ranking brasileiro

Piauiense conquista ouro e prata na Copa de tênis de mesa

A atleta piauiense Maria Grazyelle segue consolidando seu nome entre os principais talentos do tênis de mesa brasileiro. Na Copa Brasil Ouro, realizada em Caruaru (PE) e encerrada no último domingo (3), a mesatenista conquistou duas importantes medalhas: foi campeã na categoria sub-21 e vice-campeã na sub-19. A Copa Brasil Ouro reuniu cerca de 800 atletas, representando 64 clubes e 18 estados brasileiros. A competição é organizada pela Confederação Brasileira de Tênis de Mesa (CBTM). A piauiense disputou a categoria absoluto, considerada a principal e mais competitiva da competição, reunindo atletas de alto rendimento de todo o país. Maria Grazyelle conta com o apoio do programa Bolsa Atleta Piauí.

Gestão pública no Maranhão

O Maranhão é o estado que mais avançou na área da gestão pública entre os anos de 2023 a 2025. Os dados são do "Ranking de Competitividade dos Estados – Eleições 2026" que foi divulgado pelo Centro de Liderança Pública na quarta-feira (6). Conforme a pesquisa, o estado passou da 20ª colocação em 2023 para a 9ª em 2025. Para essa análise foram considerados 20 indicadores em duas áreas: solidez fiscal e eficiência da máquina pública.

Ascom PB



Cultura paraibana ganhando o mundo

Artesanato Paraibano na Alemanha

A coleção 'Paraíba Meu Amor', resultado de uma consultoria do designer Renato Imbroisi com rendeiras do Cariri paraibano, está em exposição, desde a última quarta-feira (6), no Museu de Leipzig, na Alemanha. Uma das curiosidades da coleção é que ela foi inspirada no rosto das próprias rendeiras, além de ícones do São João e do amor que as rendeiras têm pela região do Cariri, que é berço da renda renascença no estado. Obras representam oportunidade de os europeus fazerem uma imersão no que há de mais genuíno na cultura paraibana.

Vacinação em pauta em Pernambuco

A Secretaria Estadual de Saúde (SES) ampliou a estratégia de vacinação contra o HPV, passando a incluir mulheres que já foram tratadas por lesões de alto grau do colo do útero. A medida representa um avanço importante no cuidado integral à saúde da mulher, ao reforçar a prevenção e reduzir o risco de reinfecção. A iniciativa segue as estratégias de eliminação do câncer do colo do útero.

Cadastro

O prazo para os produtores rurais paraibanos efetuar a atualização cadastral semestral das suas criações começou nesta semana. A novidade desta primeira etapa do ano é que o período foi ampliado e vai até 3 de julho. O alerta sobre os prazos é da Defesa Agropecuária, órgão ligado à Secretaria de Estado.

Evento

Estão abertas as inscrições para o 15º Congresso do Conselho Nacional de Secretários de Estado da Administração (Consad), principal encontro de gestão pública do Brasil. O evento será realizado de 20 a 22 de maio, no Centro de Eventos do Ceará, em Fortaleza, e conta com a correalização do Governo do Ceará.

Transporte

O Ministério da Saúde vai garantir o transporte de pacientes do Sistema Único de Saúde que precisam ser atendidos longe de casa no Piauí. O estado será contemplado com 154 veículos, sendo 42 ambulâncias, 65 micro-ônibus e 47 vans, destinados a deslocamentos de 50 km até os serviços de saúde.

Olimpíada

A Secretaria de Estado de Prevenção à Violência (Seprev) assegurou a participação de 12 adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas na 18ª Olimpíada Nacional em História do Brasil, em Alagoas. A competição teve início no dia 5 de maio e segue com fases sucessivas até a etapa final, marcada para o dia 29 de agosto.

Ação da polícia

A Polícia Civil do Estado do Ceará deflagrou, nas primeiras horas da última quarta-feira (06), uma operação interestadual para desarticular um grupo criminoso de origem paulista que tentava expandir atuação no município de Sobral (AIS 3). A ofensiva resultou no cumprimento de 12 mandados de prisão.

Corrida

A maior corrida de rua do estado está de volta. O Departamento Estadual de Trânsito de Alagoas (Detran/AL) abre as inscrições para a 4ª Corrida Maio Amarelo nesta quinta-feira (7), às 8h. Os atletas deverão se inscrever acessando: ticketsports.com.br/e/corridamaioamarelo2026. A corrida será no dia 16 de maio.



Estado terá autonomia para esse tipo de organização

STF aprova lei alagoana sobre PMs reformados

Decisão valoriza a autonomia e garante segurança jurídica

O Supremo Tribunal Federal (STF) confirmou a constitucionalidade da Lei nº 9.381/2024, de Alagoas, que regulamenta a passagem de policiais militares para a inatividade. A decisão foi tomada em sessão plenária da Corte, em julgamento relatado pelo ministro Alexandre de Moraes e encerrado no último dia 28 de abril.

Ao analisar a norma, o STF entendeu que a legislação alagoana trata de aspectos ligados à organização administrativa e à carreira dos militares estaduais, sem afrontar dispositivos da Constituição Federal. Com isso, permanecem válidas as regras estabelecidas pelo Estado para a transferência de policiais militares à reserva ou à reforma.

No voto condutor do julgamento, Alexandre de Moraes destacou que a lei estabelece critérios objetivos para a passagem à inatividade, como limites de idade para permanência no serviço ativo e situações que justificam a reforma do militar. Segundo o relator, a norma não cria inovação incompatível com o texto constitucional, mas disciplina temas relacionados à estrutura da carreira militar no âmbito estadual.

O entendimento do Supremo também reafirma a competência dos estados para organizar e estruturar suas corporações militares, desde que observados os parâmetros previstos pela Constituição.

Segurança jurídica

Para a procuradora-geral do Estado de Alagoas, Samya Suruagy, a decisão fortalece a segurança jurídica das políticas públicas estaduais e reconhece a autonomia administrativa dos entes federativos.

“O reconhecimento da constitucionalidade da norma pelo STF assegura estabilidade às políticas públicas estaduais e reafirma a competência dos estados na organização de suas instituições, sempre em conformidade com a Constituição”, afirmou.

Com a decisão, seguem em vigor as regras previstas na legislação alagoana, consideradas compatíveis com os princípios constitucionais e relevantes para a manutenção da hierarquia e do funcionamento regular da corporação militar estadual.

A atuação da Procuradoria-Geral do Estado de Alagoas (PGE/AL) foi destacada durante o processo. O órgão atua na defesa judicial e extrajudicial do Estado, além do controle de legalidade dos atos da administração pública estadual, contribuindo para a preservação do interesse público e para a consolidação de políticas públicas alinhadas à Constituição Federal. A PGE/AL também exerce papel estratégico na orientação jurídica do governo estadual, garantindo segurança jurídica às decisões administrativas e à implementação de normas e programas públicos.

CORREIO NORTE

Prefeitura de Palmas



Capital lidera a geração de oportunidades no Tocantins

Palmas concentra mais de 40% dos empregos formais

Palmas segue consolidada como o principal polo de emprego e desenvolvimento econômico do Tocantins. Dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) referentes ao 1º trimestre deste ano mostram que a Capital concentra 41,24% dos empregos formais no Estado, com 111.147 postos de trabalho ativos, dentro de um universo estadual de 269.529 vínculos. Palmas também tem peso decisivo na movimentação do mercado de trabalho. No período analisado, o Município respondeu por 37,57% das admissões do Tocantins, com 13.734 contratações, e por 38,84% dos desligamentos, totalizando 12.816 registros. O saldo foi positivo, com 918 novas vagas, o equivalente a 25,79% do saldo estadual.

RO dobra emissão de documentos

O governo de Rondônia tem avançado na modernização e ampliação do acesso à documentação civil. Com a implantação da nova Carteira de Identidade Nacional (CIN), o estado dobrou a capacidade de emissão mensal de documentos, saindo de cerca de 8 mil para mais de 16 mil emitidas por mês. Desde o início da emissão da CIN, em dezembro de 2023, já foram impressos 427.608 mil documentos, consolidando Rondônia como referência.

Ascom PA



Agentes da Base Baixo Tocantins resgatam mulher

Ação da polícia no Pará

Equipes do Grupamento Fluvial de Segurança Pública (GFlu), que atuam na Base Integrada Fluvial Baixo Tocantins, no município de Abaetetuba, resgataram uma mulher vítima de violência doméstica praticada pelo companheiro. Temendo pela própria vida e pela segurança da filha, a mãe pediu ajuda assim que avistou a lancha das forças de segurança. Segundo o relato da mulher, ela sofreu agressões físicas e psicológicas. O acusado fugiu do local ao perceber a chegada das forças de segurança, mas as buscas continuam para localizá-lo.

Ações emergenciais no Acre

Em uma ação rápida e integrada, as forças de segurança do Acre se reuniram durante uma coletiva de imprensa para prestar esclarecimentos sobre o trágico atentado ocorrido no Instituto São José, em Rio Branco. Durante a reunião, foi apresentada uma linha cronológica dos fatos, além das medidas adotadas em relação às famílias das vítimas e das investigações já iniciada.

Operação

O governo de Rondônia deu início à Operação Caminhos Seguros 2026, uma ação estratégica integrada voltada ao enfrentamento da violência contra crianças e adolescentes. A operação segue até o dia 18 de maio e ocorre em todo o território nacional, sob coordenação da Secretaria Nacional de Segurança.

Economia

A Procuradoria Geral do Estado do Amazonas (PGE-AM) garantiu decisão favorável no Tribunal de Justiça do Amazonas (TJAM) que reconheceu a cobrança do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) em um caso de importação de equipamentos por meio de arrendamento mercantil.

Esporte

Os atletas da delegação paraense de Muaythai estiveram na sede da Secretaria de Estado de Esporte e Lazer, em Belém, para apresentar as conquistas obtidas na Copa Brasil de Muaythai e agradecer o apoio do Governo do Pará durante a preparação e participação na competição local.

Clima

A Fundação de Vigilância em Saúde do Amazonas – Dra. Rosemary Costa Pinto (FVS-RCP) realiza a Oficina sobre Calor Extremo na Saúde: Importância do Monitoramento, Alerta e Resposta para a Saúde Pública, em Manaus. A iniciativa é da Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente (SVSA), do Ministério da Saúde.

Fiscalização

Com o objetivo de fortalecer a segurança, a cidade de Plácido de Castro, no interior do Acre, recebeu início desta semana, um reforço no combate aos crimes transfronteiriços. A governadora do estado, Mailza Assis, esteve no município para entregar um container estruturado como unidade de fronteira.

Serviços

O governo do Amapá, em parceria com o Ministério da Saúde, inicia os atendimentos da Carreta da Saúde da Mulher no município de Amapá. A unidade móvel leva serviços especializados à população feminina. A ação integra o programa Agora Tem Especialistas e tem como objetivo ampliar o acesso a exames.



Estado inicia articulação com empresa norte-americana KaMin

Governo do Amapá inicia tratativas com EUA

Iniciativa é um esforço político para alta na economia

Com foco na ampliação da infraestrutura e no fortalecimento da logística de exportação, o Governo do Amapá iniciou negociações com a empresa americana KaMin, que adquiriu participação majoritária na Cadam S.A., responsável pela exploração de caulim na mina Morro do Felipe, localizada no município de Vitória do Jari, no sul do estado.

As tratativas com os executivos da empresa norte-americana estão sendo conduzidas pela Secretaria de Estado da Mineração (Semin), responsável pela interlocução institucional e pelo avanço das negociações.

O secretário da Semin, Mamede Barbosa, destacou que, embora a empresa possua um porto no Rio Jari, o calado restrito, que varia entre 8 metros no período chuvoso e 4 metros no segundo semestre, dificulta a exportação.

“Ao utilizar o Porto de Santana, com calado superior e capacidade para receber navios de até 50 mil toneladas, a empresa ganha escala na exportação para os Estados Unidos e a Europa.

O estado, por sua vez, oferece a infraestrutura adequada e a oportunidade de se beneficiar da cadeia tributária”, pontuou o secretário.

Além disso, as tratativas incluem a destinação dos resíduos da mineração, divididos entre areia, com potencial uso na construção civil, e material fino da planta, que pode ser aproveitado

na agricultura.

A iniciativa busca, ainda, transformar materiais considerados descartes em insumos para novas atividades econômicas, fortalecendo a presença do Amapá em diferentes segmentos produtivos.

A divisão latino-americana da KaMin, que opera como Cadam, desempenha papel fundamental nas operações globais da empresa.

Com sede em São Paulo e unidades em Cotia e Munguba, a Cadam se consolidou como uma das maiores produtoras e exportadoras de caulim da América Latina, atendendo mercados nacionais e internacionais com foco em inovação, eficiência operacional e sustentabilidade na cadeia mineral. A empresa fornece matéria-prima para segmentos como papel, cerâmica, tintas, plásticos, borracha e cosméticos.

Situadas às margens do Rio Jari, as reservas brasileiras de caulim estão entre as mais abundantes e de maior qualidade do mundo, com vida útil estimada em até 300 anos. Esses depósitos se destacam pelo alto grau de pureza, granulometria fina e excelentes propriedades de brilho, sendo ideais para uma ampla variedade de aplicações industriais. O mineral extraído na região possui elevada competitividade no mercado global e é amplamente utilizado em processos industriais que exigem desempenho técnico e qualidade superior.

CORREIO SUL

Divulgação/MPSC



Foram apreendidos R\$ 81 mil em moedas estrangeiras

MPSC deflagra operação contra possível cartel em Blumenau

O Ministério Público de Santa Catarina (MPSC) deflagrou a Operação Ponto Final para investigar suspeitas de direcionamento de licitações e superfaturamento de contratos públicos em Blumenau (SC) e região. Foram cumpridos 50 mandados de busca e apreensão em 16 municípios catarinenses. Segundo o MPSC, há indícios de formação de cartel entre empresas do setor de obras, pagamento de vantagens indevidas a agentes públicos e uso de empresas de fachada para ocultação de valores. A ação apreendeu dinheiro, cheques, celulares, pendrives e documentos. O Judiciário também determinou medidas cautelares contra 11 investigados, entre elas a monitoração eletrônica e proibição de contratar com o poder público.

RS colhe 96% da área cultivada do arroz

A colheita do grão no Rio Grande do Sul chegou a 96,41% da área cultivada na safra 2025/2026, segundo o Instituto Rio Grandense do Arroz (Irga). Dos 891,9 mil hectares plantados, as regiões da Zona Sul e da Planície Costeira Externa registram os maiores índices, com 98,81% e 98,46% das lavouras finalizadas. A Região Central tem o menor percentual, com 89,84% das operações concluídas. A Campanha alcançou 97,02% da área total.

Rafael Macri/PM



Programação acontecerá no domingo e na segunda

Maringá celebra aniversário de 79 anos

Maringá (PR) comemora 79 anos no domingo (10) com desfile na Avenida XV de Novembro e programação especial na Expoingá na segunda-feira (11). O evento cívico começa às 9h e terá 38 instituições e mais de 2,5 mil participantes, entre forças de segurança, escolas, grupos culturais, clubes e pastas municipais. Na Expoingá, os portões serão abertos ao público a partir das 10h. À noite, haverá shows das duplas João Neto & Frederico e Brenno & Matheus. Para entrar, será preciso trocar um quilo de alimento pelo ingresso, limitado a duas unidades por CPF.

PR: Justiça decide adoção de indígena

A Justiça do Paraná homologou a guarda definitiva de uma criança indígena acolhida por um casal da Terra Indígena de Mangueirinha (PR) após a morte da mãe no parto. A decisão considerou as regras do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e os protocolos dos povos Kaingang e Guarani para preservar vínculos culturais e comunitários. A família biológica rejeitou o recém-nascido.

Acordo

A prefeitura de Caxias do Sul (RS) e o 5º Batalhão de Bombeiro Militar assinam na quinta-feira (14) um protocolo para o atendimento às famílias atingidas por incêndios em residências do município. A medida prevê o apoio com vistoria, abrigo, atendimento psicossocial, limpeza da área e auxílio habitacional.

Investigação

O Ministério Público de Santa Catarina deflagrou a Operação Arbóreo, em apoio à investigação sobre fraude em licitação de merenda escolar em Blumenau (SC). A apuração indica o repasse de 3% por empenho, somando mais de R\$ 3,6 milhões entre 2022 e 2024, envolvendo agentes públicos e empresas.

Modelos

O Boqueirão Fashion 2026 abriu inscrições para o Casting Aberto, com seletivas de modelos. A primeira seletiva ocorre no sábado (9), às 14h, no Memorial de Curitiba (PR). Ao todo, serão três etapas na Rua da Cidadania do Boqueirão. A organização pretende selecionar 30 participantes para integrar o evento.

Cesta básica

O custo da cesta de alimentos no Rio Grande do Sul subiu 2,92% em abril e fechou o mês em R\$ 296,26, segundo levantamento da Receita Estadual com base em notas fiscais eletrônicas. Apesar da alta ante março, o indicador acumula uma queda de 0,96% nos últimos 12 meses. A região do Jacuí Centro (RS) teve o menor valor, com R\$ 279,37.

Condenação

A Justiça de Concórdia (SC) condenou um ex-prefeito e um ex-vice-prefeito, um ex-secretário e um empresário por fraude em licitação para compra de uma camionete usada em Irani (SC). Segundo o Ministério Público (MPSC), o veículo de 1997 pertencia a um aliado político e foi adquirido por valor acima do mercado.

Sangue

A Secretaria de Estado da Saúde (Sesa-PR) pede doações de sangue dos tipos O positivo e O negativo no Paraná, diante de estoques baixos. As coletas podem ser feitas em 23 unidades da Hemorréde, que atendem mais de 380 hospitais. A situação é mais crítica em cidades do Oeste, Norte, Noroeste e em Curitiba.



Foram mais de R\$ 227 milhões para desassoreamento

SC bate recorde em investimento preventivo

Foram destinados R\$ 900 milhões em defesa civil

Santa Catarina acelerou de forma histórica os investimentos em proteção e defesa civil. Entre os anos de 2023 e 2026, o governo estadual destinou mais de R\$ 900 milhões à Secretaria de Estado da Proteção e Defesa Civil (SPDC/SC). Barragens reformadas, rede de monitoramento ampliada, estruturas entregues aos municípios: o conjunto de ações recentes posiciona Santa Catarina entre os estados mais preparados do país para enfrentar eventos climáticos extremos.

O crescimento é expressivo quando se observa a evolução nos últimos 10 anos. Em 2020, o orçamento destinado à Defesa Civil era de R\$ 81 milhões. Em 2023, chegou a R\$ 129 milhões. Em 2025, alcançou R\$ 300 milhões e para 2026, a previsão é de R\$ 338 milhões, o maior valor já destinado à proteção e defesa civil na história do Estado.

Santa Catarina está entre as regiões do mundo mais suscetíveis a desastres naturais. A posição geográfica do estado, entre serras, planícies e bacias hidrográficas de alta complexidade, amplifica os efeitos dos fenômenos climáticos sobre o território.

Enchentes, deslizamentos e estiagens fazem parte da história catarinense e seguem sendo um desafio permanente para a gestão pública local.

O último episódio de El Niño, em 2023, deixou marcas no Alto Vale do Itajaí e evidenciou a ne-

cessidade de investimentos estruturantes. Desde então, o Estado ampliou de forma consistente os recursos destinados à proteção e defesa civil, estruturando um amplo pacote de obras e ações em diversas frentes.

“Ao longo dos últimos três anos, o governador Jorginho Mello (PL) determinou que se investisse de forma expressiva na prevenção a desastres. São obras de desassoreamento que não se viam há mais de 40 anos, reforma das barragens, estruturação das defesas civis municipais e expansão da rede hidrometeorológica e da equipe de monitoramento. Esse conjunto de investimentos faz de Santa Catarina uma referência no tema”, afirmou o secretário de Estado da Proteção e Defesa Civil, Fabiano de Souza.

Investimentos contínuo em proteção

As três estruturas existentes, Barragem Sul, em Ituporanga, Barragem Norte, em José Boiteux, e Barragem Oeste, em Taió, são responsáveis pela retenção e controle do volume de água em períodos de chuva intensa, reduzindo diretamente o risco de inundações nas cidades localizadas a jusante.

Para ampliar essa capacidade de proteção, as três barragens recebem investimentos que somam R\$ 94,7 milhões em obras de reforma, modernização e automação com acionamento remoto.

CORREIO NO MUNDO

Edgar Beltrán, The Pillar, CC BY-SA 4.0, WC



Papa recebeu o secretário de Estado americano em Roma

Marco Rubio visita papa Leão 14 após críticas de Trump

O secretário de Estado americano, Marco Rubio, visitou o Vaticano para um encontro com o papa Leão 14 na quinta (7). O encontro aconteceu depois do presidente americano, Donald Trump, atacar repetidamente o pontífice nas redes sociais e em declarações públicas.

Na primeira visita entre o papa e um membro do gabinete de Trump em quase um ano, o americano passou duas horas e meia no Vaticano. Ele se reuniu inicialmente com o papa, antes de se encontrar com funcionários de alto escalão da Igreja, incluindo o cardeal Pietro Parolin, principal diplomata do país. Uma autoridade americana ouvida pela agência AFP relatou que as conversas de Rubio com o pontífice foram "amigáveis e construtivas".

Reunião durou cerca de 45 minutos

A audiência, que durou aproximadamente 45 minutos, "ressaltou a solidez das relações entre os Estados Unidos e a Santa Sé, bem como o compromisso mútuo com a paz e a dignidade humana", afirmou o Departamento de Estado em comunicado.

"Eles analisaram os esforços humanitários em curso" nas Américas e "as iniciativas para estabelecer uma paz duradoura no Oriente Médio", acrescentou.

Reprodução/X @netanyahu



Católico, Marco Rubio expôs visão dos EUA sobre guerras

Lados trocaram opiniões sobre guerra

O diálogo testemunhou "a parceria forte e duradoura entre os Estados Unidos e a Santa Sé em apoio à liberdade religiosa", segundo o texto. Vaticano afirmou, em nota, que houve "uma troca de opiniões sobre a situação regional e internacional, com particular atenção aos países marcados por guerras, tensões políticas e situações humanitárias difíceis, bem como sobre a necessidade de trabalhar incansavelmente pela paz". Rubio já havia se encontrado com Leão, o primeiro papa dos EUA, em maio de 2025, ao lado do vice-presidente J. D. Vance.

Papa vem criticando Donald Trump

Os dois, ambos católicos, participaram da missa de posse do novo líder da Igreja Católica na praça São Pedro e tiveram uma reunião privada com o pontífice no dia seguinte. O papa manteve um perfil discreto no cenário global nos primeiros meses de seu pontificado, mas emergiu como um crítico ferrenho da guerra liderada pelos EUA e Israel contra o Irã, além de criticar as políticas anti-imigração de Trump.

Filho assassinado I

Um bombardeio israelense matou o filho do principal negociador do Hamas nas conversas, também mediadas pelos EUA, sobre o futuro de Gaza, disse um alto funcionário do Hamas, enquanto líderes do grupo terrorista realizavam conversas no Cairo com o objetivo de preservar a trégua com Israel.

Filho assassinado II

Azzam Al-Hayya, filho de Khalil Al-Hayya, não resistiu aos ferimentos na quinta-feira (7) após ser atingido na noite da última quarta-feira, segundo autoridades de saúde em Gaza e do Hamas. Ele foi o quarto filho do chefe exilado do Hamas a ser morto em ataques israelenses no território palestino.

Condenados à morte

Um tribunal militar da China condenou, na quinta (7), os ex-ministros da Defesa Wei Fenghe e Li Shangfu à pena de morte com suspensão de dois anos por acusações de corrupção, informou a agência estatal Xinhua. Na China, a pena de morte com suspensão funciona como um período de carência antes da execução.

Prisão perpétua

Durante os dois anos de suspensão condicional, o comportamento dos condenados é avaliado. Caso não cometam novos crimes considerados graves, a pena é convertida em prisão perpétua. As condenações são as mais severas já aplicadas a oficiais militares na campanha anticorrupção lançada por Xi Jinping após sua chegada ao poder no fim de 2012.

Ex-ministros

Fenghe, 72, e Shangu, 68, ocuparam o cargo de ministro da Defesa entre 2018 e 2023 e também integraram a Comissão Militar Central, órgão que supervisiona as Forças Armadas chinesas. Ambos eram figuras frequentes na televisão estatal e considerados integrantes da cúpula militar do país.

Sem perdão

Tribunal considerou Wei culpado de aceitar subornos e Li de corrupção ativa e passiva. Os dois ex-ministros também foram condenados à perda de seus direitos civis e ao confisco de todos os seus bens. Após a conversão, Wei e Li permanecerão presos pelo resto da vida, sem possibilidade de redução da pena ou condicional.



Opositores apontam o cessar-fogo como fracasso estratégico

Líbano e Israel farão novas negociações

Em meio a frágil trégua, nova rodada será realizada nos EUA

Líbano e Israel realizarão nova rodada de negociações em Washington na semana que vem, segundo afirmou um funcionário do governo dos Estados Unidos, que pediu anonimato, nesta quinta-feira (7). Apesar da continuidade das conversas e do frágil cessar-fogo em vigor, forças israelenses têm ampliado seus ataques contra o Hezbollah no Líbano, principalmente no sul do país.

O funcionário do Departamento de Estado americano indicou que a nova rodada de conversas entre Israel e Líbano ocorrerá nos dias 14 e 15 de maio. A autoridade não detalhou quem participaria do encontro; o último ocorreu na Casa Branca com a presença do presidente Donald Trump, do vice-presidente J. D. Vance e de diplomatas dos três países.

A reunião será o terceiro encontro entre as partes com mediação dos EUA nos últimos meses. Israel e Líbano estão tecnicamente em estado de guerra e não mantêm relações diplomáticas desde a criação do Estado judeu, em 1948.

O secretário de Estado americano, Marco Rubio, afirmou na terça-feira (5) que um acordo de paz entre as partes era "perfeitamente viável", e insistiu que o Hezbollah era o obstáculo, e não qualquer outra questão entre os dois governos.

O Líbano foi arrastado para o conflito no Oriente Médio quando o Hezbollah, uma facção xiita apoiada pelo Irã, lançou foguetes contra Israel após Washington e Tel Aviv iniciarem o conflito contra

Teerã no dia 28 de fevereiro.

Na última reunião entre os rivais em Washington, no dia 23, uma extensão de três semanas da trégua foi anunciada por Trump, mas isso não impediu que Israel continuasse sua campanha de bombardeios contra o grupo radical, que por sua vez reivindicou ataques contra as forças israelenses que ocupam algumas partes do sul do Líbano.

Nesta quinta, o primeiro-ministro israelense, Binyamin Netanyahu, disse que não havia "imunidade" para os inimigos de Israel, um dia após ataque em Beirute que teve como alvo Ahmed Ali Balout, um comandante do Hezbollah. Foi o primeiro ataque aos subúrbios ao sul de Beirute, onde a facção tem muita força política, desde o início do cessar-fogo.

Israel afirmou que o ataque matou o comandante da força de elite Radwan do grupo. O Hezbollah não emitiu qualquer declaração sobre o ataque ou sobre a situação do comandante.

"Ele provavelmente leu na imprensa que tinha imunidade em Beirute. Bem, ele leu e isso não é mais o caso", disse Netanyahu. "Digo aos nossos inimigos da forma mais clara possível: nenhum terrorista tem imunidade", afirmou o premiê.

Israel segue atacando a Faixa de Gaza, território palestino que tem mais de 50% de sua área controlada pelas forças de Netanyahu enquanto não avançam as etapas subsequentes do acordo que reduziu a intensidade do conflito em Gaza.

CORREIO ESPORTIVO

POR
PEDRO SOBREIRO

Cesar Greco / Palmeiras



Direção do Palmeiras se defendeu de acusações de rivais

Palmeiras rebate acusações de Flamengo e Grêmio sobre Libra

O Palmeiras publicou uma nota nesta quinta-feira (7) rebatendo o texto conjunto de Grêmio e Flamengo a respeito do acordo com a Libra, divulgado na tarde da última quarta-feira.

“É mentiroso o conteúdo da nota conjunta divulgada na quarta-feira (6) por Grêmio e Flamengo”, escreveu o Palmeiras em sua conta no X.

O Alverde afirma que não assinou documentos que implicassem receitas adicionais para o Grêmio.

“O acordo referente ao contrato com a TV Globo pelos direitos de transmissão determina que o próprio clube gaúcho - bem como os demais signatários - pague um valor fixo anual ao Flamengo”, prossegue o Palmeiras.

Nota repudia saída do Alverde

O clube ainda diz não ter participado de um acordo com Grêmio e Flamengo fora do âmbito institucional da Libra. O Flamengo e o Grêmio anunciaram, em nota conjunta, um novo acordo com a Libra até 2029, que prevê o aumento dos clubes nas receitas de audiência. Segundo o comunicado, a verba de audiência está no contrato entre os clubes da Libra e a Globo, correspondendo a 30% do valor fixo que os clubes recebem pelos direitos de transmissão.

Divulgação/ Barcelona



Raphinha abriu o jogo sobre sua situação no Barcelona

Raphinha comenta rumores de saída

Raphinha, atacante do Barcelona, comentou as especulações sobre uma possível saída do clube na próxima janela de transferências. No Barcelona desde 2022, Raphinha afirmou que os rumores surgiram “desde o primeiro dia” e criticou um jornalista, dizendo que ele só “fala mentira”, mas não citou nomes. Ele também negou que tenha se reunido com o clube para tratar de uma possível saída. “O [jornalista] que escreveu essa matéria já escreveu outras coisas também sobre mim que eram mentira, dizendo que eu estava indeciso, que não sabia se iria continuar ou não (no Barcelona)”, disse.

Barcelona pode ser campeão

“Desde que eu cheguei ao Barcelona, desde o primeiro dia tem especulação que eu vou sair desse clube. Acho que a galera não gosta muito de me ver aqui. Principalmente o pessoal da imprensa. Tem um aí que só fala mentira”, disse Raphinha à ESPN. O Barcelona enfrenta o Real Madrid no domingo (10), às 16h (de Brasília), em jogo que pode dar o título de La Liga ao Barça com três rodadas de antecedência.

Sonho de Danilo

Após marcar o gol da vitória de 2 a 1 sobre o Racing, pela Sul-Americana, o volante Danilo, do Botafogo falou sobre o sonho de jogar a Copa do Mundo pela Seleção Brasileira. “Estou muito feliz com a fase que vivo, essa fase artilheira, e espero que tenha agradado ao professor Ancelotti”, disse ao Paramount +.

Ancelotti na casa

A excelente atuação de Danilo foi ainda mais especial porque o técnico da Seleção Brasileira, Carlo Ancelotti, estava no Nilton Santos para observá-lo. Danilo tem nove gols na temporada e teve boas atuações quando convocado. Sua presença no elenco que jogará a Copa do Mundo deste ano é muito provável.

Thiago Mendes

Após ter seu caso reavaliado pelo STJD, o volante Thiago Mendes, do Vasco, teve a absolvição mantida e está liberado para enfrentar o Athletico-PR neste domingo (10), em São Januário. O tribunal avaliou punição pelo atleta ter criticado a arbitragem no jogo contra o Corinthians, afirmando que o árbitro era “caseiro”.

Caldeirão lotado

Os ingressos para a partida do Vasco da Gama contra o Athletico, neste domingo (10), já estão à venda, e a expectativa da diretoria do Vasco é de São Januário lotado. A arbitragem do jogo foi definida pela CBF, que escalou o paulista Raphael Claus, um dos “Top 3” da entidade, para o duelo. No VAR, estará Wagner Reway, de Santa Catarina.

De olho na Copa

Após passar pela cirurgia para reparar a fratura sofrida na clavícula, o meia uruguaio do Flamengo, Giorgian De Arrascaeta iniciou os tratamentos intensivos de fisioterapia para voltar o quanto antes a ter condição de jogo. Sua meta é conseguir uma recuperação recorde para poder jogar a Copa do Mundo com o Uruguai.

Canobbio no River?

Vivendo má fase no Fluminense, o atacante uruguaio Agustín Canobbio está na mira do River Plate, da Argentina. Após o empate em 1 a 1 com o Rivadavia, pela Libertadores, ele comentou sobre o interesse e disse que “é um orgulho porque estão observando meu trabalho”, mas pregou foco total no Fluminense.



Brasileiro brincou com o americano sobre a Copa do Mundo

Lula diz a Trump que Brasil vai ganhar a Copa

Brincando, Lula pediu que Trump não anulasse visto dos jogadores

Houve espaço para o futebol no encontro de quase três horas entre os presidentes Lula, do Brasil, e Donald Trump, dos EUA, na quinta (7). Terminada a reunião na Casa Branca, em Washington, o brasileiro contou ter brincado sobre a liberação da entrada dos atletas da seleção na América do Norte para a Copa do Mundo. “Ele perguntou da Copa do Mundo, se a seleção brasileira estava boa. E eu falei: ‘Espero que você não venha anular os vistos dos jogadores brasileiros da seleção. Por favor, não faça isso porque nós vamos vir aqui para ganhar a Copa do Mundo’”, relatou Lula. Segundo ele, Trump se divertiu com o gracejo. “Ele riu, porque agora ele vai rir sempre. Ele aprendeu que rir é muito bom”.

A restritiva política migratória dos EUA é uma das múltiplas fontes de tensão às vésperas da Copa. A edição 2026 da competição ocorrerá de 11 de junho a 19 de julho, com partidas nos Estados Unidos, México e Canadá. A maioria das partidas, inclusive a decisão, ocorrerá em território americano.

Cabeça de chave do Grupo C, o Brasil jogará suas primeiras partidas em Nova Jersey, na Filadélfia e em Miami Gardens (nos arredores de Miami). Se avançar na liderança, terá como caminho até a possível final, pela ordem, Houston, East Rutherford, Miami Gardens, Atlanta e East Rutherford.

Não há a expectativa de dificuldade para atletas da seleção brasileira na entrada nos Estados Unidos,

porém problemas decorrentes do processo de obtenção de visto não seriam inéditos. O zagueiro argentino Ayrton Costa teve o visto negado por antecedentes criminais e não pôde defender o Boca Juniors na Copa do Mundo de Clubes, no ano passado, nos Estados Unidos.

Houve também o caso do mesa-tenista brasileiro Hugo Calderano, também no ano passado, que foi impedido de entrar no país para um torneio em Las Vegas. Como o atleta tem passaporte português e os países da União Europeia fazem parte de um programa de isenção de vistos, ele entendeu que precisaria apenas informar sua entrada.

Diante da demora maior do que a habitual para a confirmação da autorização, o carioca procurou as autoridades e foi informado de que não estava mais elegível para a dispensa do visto por causa de uma viagem a Cuba, onde disputou campeonatos em 2023. Mesmo com o apoio do Comitê Olímpico dos EUA, as tentativas de um visto emergencial foram infrutíferas.

Em janeiro deste ano, o governo norte-americano anunciou a suspensão da emissão de vistos de migrante para cidadãos de 75 países, entre eles o Brasil. Os vistos de turista continuaram sendo cedidos, no entanto. Com base nas entradas do sistema de venda de ingressos, a expectativa é que haverá de 5.000 a 6.000 brasileiros na América do Norte para a Copa.

Por Isabella Menon e Marcos Guedes (Folhapress)

Preços para a Copa do Mundo, nos EUA, fazem dela uma das mais caras

Custos de hospedagem e transporte são altos, mas nada comparados aos ingressos

Não há viagem barata para os Estados Unidos durante o período da Copa do Mundo. As passagens vão ser apenas o começo dos gastos do brasileiro que deseja acompanhar a maior competição esportiva do planeta. Veja quanto custa uma viagem para ver o Mundial na América do Norte.

Considerando uma viagem para acompanhar a Seleção Brasileira, o primeiro destino deve ser Nova York ou Nova Jersey. As passagens de ida e volta custam entre R\$ 3 mil e R\$ 6 mil. Depois, para seguir rumo à Filadélfia, um transporte terrestre deve ser suficiente, e sairia na faixa dos R\$ 120. De lá, a delegação brasileira viaja para Miami, o que exige mais uma passagem de avião, por cerca de R\$ 1.000.

O maior gasto, no entanto, vai ser a hospedagem. Com valores em média 42% mais altos em 2026, a diária em um hotel 2 estrelas custa entre R\$ 2 mil e R\$ 3 mil. Opções mais em conta, como hotéis com quartos compartilhados, também estão longe de ser econômicas: variam entre R\$ 1.000 e R\$ 2 mil por dia.

A reportagem fez um orçamento de quanto custaria passar



Viajar para a Copa do Mundo vai custar uma pequena fortuna

15 dias hospedado em hotéis 2 estrelas nas três cidades onde o Brasil já tem jogos agendados. Em Nova York, o valor chegou a R\$ 14 mil por seis dias. Na Filadélfia, os mesmos seis dias custam cerca de R\$ 12 mil. Já três dias em Miami passam um pouco dos R\$ 7 mil.

O torcedor também vai pagar a fatura da briga entre a FIFA e a NJ Transit, empresa de trans-

porte de Nova Jersey responsável pelo trajeto até o MetLife Stadium. Sem apoio financeiro da entidade para cobrir os custos de logística nos dias de jogo, a companhia planeja cobrar cerca de US\$ 150 pela passagem de ida e volta. Na prática, ir e voltar da estreia do Brasil na Copa pode custar cerca de R\$ 750, sem contar o ingresso.

E os ingressos talvez sejam a parte mais imprevisível da conta. A Copa do Mundo de 2026 estreou a precificação dinâmica no futebol, sistema que ajusta os preços em tempo real conforme a demanda, modelo já usado por companhias aéreas e hotéis.

Na prática, os bilhetes oficiais para a fase de grupos variam entre US\$ 60 e US\$ 620 nas melhores posições. Alguns bilhetes tiveram aumento de mais de 1.000% em comparação com 2022, o que levou grupos de torcedores a pedirem a suspensão das vendas, alegando preços “extorsivos” que excluem o torcedor comum do torneio.

Na revenda pela plataforma oficial da própria FIFA, que não controla os preços praticados lá, a situação ficou ainda mais fora de controle. É possível encontrar ingressos por cerca de R\$ 3 mil na estreia do Brasil, R\$ 3,5 mil na Filadélfia e até R\$ 6 mil em Miami. A reportagem atestou que, na revenda, os jogos do Brasil e da Argentina são os mais caros da fase de grupos.

A demanda ajuda a explicar a loucura: o número de pedidos de ingressos foi de três a quatro vezes maior do que todo o público que já esteve presente em todas as Copas do Mundo da história somadas.

Em resumo, uma viagem para assistir a fase de grupos da Copa nos Estados Unidos, passando por diferentes estados pode custar cerca de R\$ 50 mil sem os tão disputados ingressos.

Por **Tiago Pechini**
(Folhapress)

FIFA encerra parceria com Panini para álbum da Copa

A FIFA anunciou nesta quinta-feira (7) que assinou um acordo com a Fanatics para produzir os álbuns da Copa do Mundo a partir de 2031. Atualmente, a Panini é a responsável pelos álbuns e vê o fim da parceria após cerca de 60 anos.

O contrato dá à Topps, que pertence à Fanatics, os direitos para produzir cards, figurinhas e outros produtos ligados à Copa e a outros eventos da Fifa a partir de 2031. A mudança encerra a parceria histórica com a Panini, que foi a principal licenciada do Mundial desde 1970 e seguirá com os produtos até a edição de 2030.

“Com a Fanatics, vemos que eles estão promovendo uma enorme inovação em colecionáveis esportivos, o que oferece aos fãs uma forma nova e significativa de se conectar com seus times e com seus jogadores favoritos. Então, do ponto de vista da Fifa, podemos globalizar esse engajamento de fãs justamente graças ao nosso portfólio global de torneios. E isso fornece outra importante fonte de receita comercial que direcionamos de volta, como sempre, para o jogo, para o futebol”, afirma Gianni Infantino, presidente da FIFA.

“Nosso negócio de colecionáveis neste ano provavelmente é 85% nos EUA. Então, quando pensamos em como expandir globalmente, que é como transformamos isso em um negócio muito maior, não há nada mais importante do que a FIFA. Então, para nós, estamos pensando em crescimento global. Nossa grande iniciativa de crescimento e a parceria com a FIFA para fazer a Copa do Mundo, não há evento maior no mundo do que a Copa do Mundo a cada quatro anos. Acreditamos que, no longo prazo, o futebol global deve ser nosso maior negócio. Nosso trabalho é garantir que continuemos elevando o nível e inovando de um jeito que ninguém mais consiga”, disse Michael Rubin, CEO da Fanatics, que também se comprometeu a distribuir gratuitamente mais de US\$ 150 milhões (R\$ 793 milhões) em colecionáveis para crianças ao redor do mundo durante a vigência da parceria. O acordo prevê ações de ativação e iniciativas voltadas a aproximar o público dos jogadores por meio de itens colecionáveis.

Uma das novidades citadas pela empresa é levar para produtos ligados à Copa o modelo de cards com “Debut Patch”, que usa um pedaço do uniforme usado em jogo e depois autenticado. A ideia é que o jogador use um patch na camisa e o item seja colocado em um card autografado.

Os patches usados em jogo podem começar já nesta Copa, mesmo antes do início do licenciamento em 2031, segundo o The Athletic. A Fanatics mantém parcerias com mais de 900 propriedades esportivas.

Impedimento semiautomático instalado no Mangueirão

Na última segunda (4), mais um estádio recebeu os equipamentos para a implementação do sistema de impedimento semiautomático (SAOT, na sigla em inglês) no futebol brasileiro. A instalação ocorreu no Mangueirão, estádio onde recebe os jogos do Remo na Série A do Campeonato Brasileiro e na Copa do Brasil. Agora, a tecnologia passará por ajustes até a conclusão final e liberada para testes nos próximos dias. A expectativa é que esses testes aconteçam neste final de semana, na

partida entre Remo e Palmeiras, no domingo (10).

O Diretor de Arbitragem da Confederação Brasileira de Futebol (CBF), comemorou os avanços nas instalações dos equipamentos do impedimento semiautomático e destacou o trabalho realizado no Mangueirão.

“O Mangueirão é um dos principais estádios no Brasil e já foi palco de grandes jogos, partidas da Seleção Brasileira e recebeu a Supercopa Rei no ano passado. Ter a tecnologia do impedimento semiautomático em

funcionamento no local é um momento emblemático. Todo o processo de instalação foi rápido, a infraestrutura ajudou muito em todas as fases da instalação”, disse Netto Góes, Diretor de Arbitragem da CBF.

A instalação da tecnologia do impedimento semiautomático também foi comemorada por Ricardo Gluck Paul, Presidente da Federação Paraense de Futebol.

“Recebemos com muita alegria uma estrutura de ponta proporcionada pela CBF. O

Mangueirão é o principal equipamento esportivo da Amazônia, palco do futebol paraense. É uma tecnologia que trás mais justiça ao jogo e também uma forma diferente de ver e analisar a partida, com ferramentas interativas e digitais. O público terá uma nova ótica do que está acontecendo em campo. Agradecemos a CBF, e o Mangueirão entra na lista dos principais estádios do Brasil a receber todo o equipamento e a tecnologia do impedimento semiautomático”, destacou.

TEM SEMPRE UMA SALA VIP PERTO DE VOCÊ!

No Aeroporto de Brasília você pode escolher entre cinco Salas VIP para aguardar o seu voo.

Aeroportos
VIP CLUB

SALA VIP DOMÉSTICA



SALA VIP EXPRESS SUL

SALA VIP EXPRESS NORTE



SALA VIP INTERNACIONAL



SALA VIP BRB EXCLUSIVA PARA CLIENTES BRB



Acesse o QR Code e confira os serviços e as condições de acesso de cada uma.